

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

XVIIIº Exercício



Exercício 2022
RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Envolvente socioeconómica	5
3. Acontecimentos relevantes.....	6
4. Evolução do negócio.....	9
4.1 Produção de água dessalinizada.....	9
4.2 Balanço salino	11
4.3 Fornecimento de água dessalinizada para Distribuição...	12
5. Consumo de energia eléctrica.....	14
6. Dados económico-financeiros.....	17
6.1 Actividade comercial	17
6.2 Evolução do balanço	19
6.3 Conta de resultados	20
6.4 Proposta de aplicação de resultados	23
6.5 Créditos subscritos	23
6.6 Contributo fiscal	24
6.7 Seguros contratados	25
6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração.....	25
7. Recursos humanos	25
8. Dados da sociedade.....	26
8.1 Estrutura accionista.....	26
8.2 Órgãos sociais.....	26
9. Projectos complementares.....	27
10. Evolução previsível da sociedade	27
11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício.....	29
Anexo 1. Balanço Analítico	30
Anexo 2. Demonstrações Financeiras.....	32
Anexo 3. Notas Explicativas das D. F.....	38
Anexo 4. Parecer do Fiscal Unico.....	40
Anexo 5. Parecer do Auditor.....	42

1. Introdução

Em 2022, a sociedade ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A. completou o seu 18º Exercício Económico e o 15º em actividade comercial, no decorrer dos quais, introduziu a água dessalinizada como recurso hídrico na Ilha de Santo Antão.

A APN foi constituída em 1 de Julho de 2005 pelo Estado de Cabo Verde, pela Câmara Municipal do Porto Novo e pela empresa privada Águas de Ponta Preta Lda, na sequência de um Protocolo de Acordo de Intenção assinado no dia 28 de Novembro de 2004 com o objectivo de resolver o histórico défice quantitativo e qualitativo no abastecimento de água potável à então Vila do Porto Novo.

Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial Notarial de Porto Novo sob o número 251873846/120050701 e desenvolve a sua actividade com o NIF 251873846. O seu nº de inscrição no Cadastro Industrial é o 483/PNSA/2005.

A APN realiza a sua actividade mediante uma concessão estatal, em regime BOT (Built, Operate & Transfer) por um período de trinta anos a decorrer desde 2008 (BO III SÉRIE Nº7, 15 de Fevereiro 2008), autorizada pelo Governo de Cabo Verde no Decreto-Lei nº9/2005, de 31 de Janeiro e mediante uma licença de produtor independente de água dessalinizada (MECC-Despacho nº6/2005) e uma licença de uso de recursos hídricos (ANAS, nº01/2018). A empresa dispõe igualmente de uma licença de auto-produção de energia eléctrica (MECC-Despacho nº8/2005) para o efeito.

A APN é membro associado da Câmara de Comércio do Norte de Cabo Verde desde 2014 e dispõe das certificações de controlo de qualidade HACCP e ISO9001:2015. A conjugação destes dois sistemas de qualidade, tanto a HACCP assim como a ISO 9001 na APN, com metodologia internacionalmente reconhecidos e certificadas, confere e garante ao consumidor Portonovense uma segurança no consumo sem restrições da água potável e a fiabilidade e transparência na gestão.

Em 2015, a APN integrou a plataforma SIRAS (Sistema Regulatório de Monitorização dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento em Cabo Verde), cuja função é a monitorização dos indicadores de gestão dos operadores do sector, os quais são publicados nos Relatórios Anuais dos Serviços de Água e Saneamento (RASAS-CV).

Decorridos dezessete anos de desenvolvimento desta Parceria Público-Privada, foi construída, explorada e gerida uma instalação dessalinizadora de água do mar (IDAM) com capacidade de produção de 1.000 m³/dia, cuja infraestrutura periférica inclui um sistema de captação de água do mar, um parque de tanques de armazenagem de 2.000 m³ de capacidade, uma estação elevatória à rede pública, uma derivação para carga de camiões autotanque e uma central eléctrica autónoma de 400 kW de potência.

Desde a inauguração da IDAM, a 3 de Dezembro de 2007, a Empresa já abasteceu um volume de 3,56 Hectómetros cúbicos de água potável, com continuidade de 99%, à população de Porto Novo. Foram alcançadas várias metas e objetivos que transformaram a Cidade de Porto Novo, num dos núcleos urbanos com maior disponibilidade e acesso a água potável de qualidade.

Durante este período, a cidade conseguiu alcançar as metas dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) no que diz respeito a disponibilidade, quantidade e qualidade água potável. De igual modo, esta infra-estrutura assegurou aos Portonovenses o direito à água nos termos definidos pelo quadro jurídico internacional

e pelo Código da Água e Saneamento - CAS (Decreto-Legislativo nº3/2015, de 19 de Outubro), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública e para a dinamização económica da cidade.

A Instalação Dessalinizadora de Água do Mar (IDAM) completou, em 2022, quinze anos de atividade, fornecendo à cidade do Porto Novo um volume de 0,310 Hm³ de água potável, representando uma diminuição de 10% em relação a 2021.

A água dessalinizada tem-se consolidado como recurso hídrico flexível no atendimento da procura, continuidade no abastecimento e qualidade alimentar. O volume de água fornecida em autotanques continuou a ganhar protagonismo. Foram abastecidos 25.573 m³ por este meio. Além de recorde, representou 8% da procura e este volume foi distribuído nas recentes zonas de expansão da área urbana e nas diversas localidades do interior do Município.

O ano 2022 decorreu em plena retoma da actividade socioeconómica a medida que foram ultrapassados, progressivamente, os constrangimentos e as limitações provocadas pela pandemia COVID-19, declarada no dia 11 de Março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O Governo de Cabo Verde, implementou políticas de adaptação a recuperação da mobilidade e das actividades económicas, incluída uma efetiva campanha de vacinação.

O exercício decorreu com normalidade operacional, salvo diversas ocorrências no grupo de bombas de elevação de água potável ao depósito de distribuição e na interrupção da produção por inundações no mês de setembro.

O caudal médio de abastecimento ascendeu a 851 m³/dia, com impacto direto no preço de produção médio da água dessalinizada, registando 169 ECV/m³, um aumento de 7% face ao ano anterior, representando um valor inferior em 77 escudos comparativamente ao valor da menor tarifa de distribuição. Paralelamente, o caudal médio registado ultrapassou em 58% o volume "take or pay" de 600 m³/dia estabelecido no contrato de compra-venda de água, celebrado em 2008 com a Câmara Municipal do Porto Novo.

O estado da rede de distribuição continuou a afetar o regime de funcionamento da IDAM, tendo sido necessário manter um nível de produção elevado decorrente das elevadas perdas técnicas e comerciais no sistema público assim como as dificuldades para dar resposta às exigências de acordo com os padrões industriais de operação, devido às dificuldades de tesouraria agravadas em relação aos anteriores anos.

As perdas na rede de distribuição se estimam em 55% e não foi feita qualquer reparação, continuando a mesma a aguardar o início da implementação do Projecto de Água e Saneamento da Ilha de Santo Antão, que contará com o cofinanciamento do Governo de Cabo Verde e do BADEA.

O resultado da sociedade no exercício 2022 manteve-se positivo, no valor de 0,8 MECV, resultante em grande parte da poupança de custos energéticos procedente dos investimentos realizados no Posto de Transformação e na central solar fotovoltaica, que permitiram fazer face ao incremento do preço da electricidade determinado pela ARME em julho.

2. Envolvente socioeconómica

O Mundo enfrentou o ano da recuperação da pandemia post-COVID 19 superando os 8 mil milhões de habitantes e imerso no desafio da sustentabilidade, num contexto de intensa recuperação económica desestabilizada pela guerra da Ucrânia.

Apesar do peso da influência destes aspectos negativos, Cabo Verde empreendeu ações importantes no combate à pandemia com os investimentos do governo nas infraestruturas e segurança sanitária, tendo gerado confiança nos mercados emissores de turismo, com impacto imediato no ano 2022, contribuiu para o registo de um novo recorde de entrada de turistas superior em 835.945, um aumento de 2% comparativamente ao ano 2019.

Esta circunstância ajudou a um crescimento do PIB até 17,7% em 2022, o mais alto verificado ao longo da série de registos. Os dados do Comércio Externo apontam para uma evolução negativa das exportações (-3%) e um aumento das importações (25,5%) e das reexportações (66%). Pela sua vez, a taxa de variação acumulada do IPC foi de 7,6% e a inflação disparou em 7,2% como um dos efeitos da guerra da Ucrânia.

A população empregada totalizou 178.016 indivíduos em 2022, pelo que tendo em conta que a população de 15 anos ou mais se eleva a 352.494 indivíduos, a taxa de emprego/ocupação é de 50,5%. A taxa de desemprego se situa em 50,5%.

A ilha de Santo Antão, que possui o maior número de estabelecimentos turísticos, com 75 unidades com capacidade para 1.450 camas, recebeu cerca de 1,5% do total das entradas no país e com uma diversificação nos países emissores de turistas, com maior proveniência de países do norte da Europa. Nos últimos dois anos, foram realizados grandes investimentos nas redes de caminhos de pedestres e aldeias rurais que reforçam o nicho do trekking, trail e ciclismo, bem como desportos náuticos e pesca desportiva.

Os operadores turísticos da Ilha iniciaram um trabalho de mapeamento e sinalização de 80 percursos distribuídos nos três municípios de Santo Antão, num esforço de promoção do turismo de natureza, que apresenta um forte potencial de crescimento do fluxo.

Igualmente, em 2022 retornaram as escalas dos navios cruzeiros no Porto Novo e apesar das necessidades de expansão do cais, já previstas nos planos de investimento da ENAPOR, as 19 escalas registadas no ano transato decorreram de forma impecável graças ao projecto "Raízes", que tem permitido organizar os operadores turísticos atempadamente. A experiência na ilha no que diz respeito ao turismo de cruzeiro, tem merecido reconhecimento nacional e a organização entre os operadores tem sido um ganho.

A Ilha de Santo Antão, terminou o ano com 4.402 casos de contágio por SARS-Cov2 acumulados e 20 óbitos atribuíveis a essa doença. O concelho mais afectado foi o de Porto Novo, com 1.843 contagios e 10 óbitos. De qualquer modo, os efeitos da pandemia, já foram superados graças ao eficiente plano de vacinação implementado em Março de 2021, ainda que o início do ano 2022, tenha sido marcado pela aparição da variante OMICRON, o qual aumentou temporariamente o número de contágios.

A actividade agrícola retomou a sua produção após as intensas chuvas registadas no período de Junho a Outubro na Ilha de Santo Antão, com valores de precipitação compreendidos entre 300 e 1.000 mm em todas as estações meteorológicas da Ilha. Os lençóis freáticos foram reforçados e a produção de comida recuperada.

Não obstante o "impasse" causado pela pandemia COVID-19, Porto Novo continuou o seu lento mas progressivo caminho de desenvolvimento com vista a converter-se no polo socioeconómico da Ilha de Santo Antão, graças a sua localização geo-estratégica e à actividade do Porto. Também receberá, no decorrer da terceira década do século, um dos investimentos mais esperados: o aeroporto internacional. A fase de recolha de dados nas estações de medição instaladas em 2016 continua e em breve serão conhecidos novos detalhes desta infra-estrutura, nomeadamente a orientação, que se situará em Ponto do Morro Preto, nas imediações de Casa do Meio com pista de 2.000 metros.

No âmbito exclusivamente da água, também a pandemia COVID-19 continuou a atrasar a implementação o Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na Ilha de Santo Antão, através do qual o Governo e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA) providenciarão um pacote de 12 milhões de dólares americanos para a melhoria e extensão das redes de distribuição de água em todos os concelhos e a gestão do sistema de águas residuais da cidade do Porto Novo, com a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais e a ampliação da rede de esgotos. No entanto, em 2022 iniciou-se a construção da sede da futura empresa intermunicipal Águas de Santo Antão S.A. na cidade das Pombas (Paul) para na aquisição de contadores de água.

O município do Porto Novo apresenta um censo de 17 mil habitantes, mantendo-se praticamente estável nos últimos 20 anos. Regista-se uma idade média de 32 anos, uma taxa de ocupação da população activa de 36,5% e uma taxa de desemprego de 10,2%. O acesso à água potável canalizada ultrapassa os 80% dos munícipes e 78% dispõe de casa de banho.

Em termos de electricidade, a taxa de cobertura da rede eléctrica continuou a aumentar e já supera os 95%. Incluindo os sistemas eléctricos autónomos 100% renováveis de Monte Trigo, Planalto Norte, Faial, Ribeira Alta e Figueiras, a taxa de penetração das energias renováveis já superou 10% na Ilha em 2022.

3. Acontecimentos relevantes

JANEIRO

➤ A ARME apresentou as novas tarifas para electricidade e água a entrar em vigor a partir do dia 1 de Janeiro. A alteração mais relevante incide sobre a taxa do IVA na transmissão da electricidade e no fornecimento de água aos consumidores finais, passando de 15% para 8%, decorrente do conjunto de incentivos fiscais contemplados no Orçamento do Estado para o Ano Económico de 2022.

➤ No dia 25 de Janeiro, decorreu a visita institucional relativa ao processo de homologação do Estudo de Impacte Ambiental do projecto PVSA. Esta parceria ELECTRA-Águas de Ponta Preta, tinha sido apresentada a 12 de Fevereiro de 2021 e tem como objectivo conseguir que toda a electricidade consumida na IDAM seja com recurso às energias renováveis, mediante a implementação de uma Central Solar

Fotovoltaica de 719 kWp, com capacidade de armazenagem com recurso a uma bateria de 669 kWh/334 kW.

MARÇO

➤ No dia 22 de Março comemorou-se o Dia Mundial da Água 2022 com o lema “Águas Subterrâneas: Tornando o invisível visível”, recurso maioritário na Ilha de Santo Antão. Em qualquer caso, o objectivo das Nações Unidas, que estima em 2.200 milhões o número de pessoas sem acesso à água potável segura e 4.200 milhões sem saneamento adequado, é o de melhorar o acesso aos serviços básicos integrados no ciclo da água. Já segundo a FAO, a escassez de água afecta um 40% da população mundial e até 700 milhões de pessoas estão em situação de risco de serem deslocadas pela seca até 2030.

ABRIL

➤ No mês de Abril, a Câmara Municipal do Porto Novo tomou a decisão de avançar com uma solução provisória, à espera do início das obras do Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na ilha de Santo Antão, co-financiado pelo Governo e pelo BADEA, consistente na construção de uma estação de elevação e de um novo tanque de distribuição na zona de Alto de São Tomé.

MAIO

➤ No dia 4 de Maio, a Direção Nacional do Ambiente deu início ao período de informação pública do Estudo de Impacte Ambiental do projecto “Central Solar Fotovoltaica com Armazenamento para a IDAM de APN 729 kWp/669 kWh”.

JUNHO

➤ No dia 21 de Junho foi emitida a Declaração de Impacte Ambiental do projecto da “Central Solar Fotovoltaica com Armazenamento para a IDAM de Porto Novo, devidamente homologado. Com esta central de 729 kWp/669 kWh”, pretende-se que toda a energia eléctrica consumida no processo de dessalinização de água do mar, seja de origem de fonte de energia renovável, para evitar a exposição á volatilidade dos mercados energéticos internacionais, e perspetivando igualmente a redução o preço da água potável na cidade.

JULHO

➤ No dia 6 de Julho foi realizada, por plataforma digital, a sessão da Assembleia Geral Ordinária 2022 com o 100% do capital social representado. Foram aprovadas as contas do exercício 2021, o XVIIº da sociedade, que apresentam um balanço de 296.274 mECV, capital próprio de 26.025 mECV e um resultado positivo, no valor de 2.525 mECV, que foi destinado à reservas e a resultados transitados para continuar a recuperar a situação patrimonial da sociedade. Procedeu-se igualmente a duas alterações nos órgãos sociais da APN. A administradora Rita Silvera foi substituída pelo biólogo Ángel Teno, impulsor do projecto Águas de Ponta Preta e profissional com 25 anos de experiência no sector. Na Mesa da Assembleia, a economista Karine Lopes foi substituída pelo advogado Flávio Santos no cargo de secretário.

➤ No dia 26 de Julho, o Administrador em representação do acionista Estado, Eng. Ariel Cruz Assunção, apresentou a sua renúncia por razões pessoais.

➤ No dia 28 de Julho, foram lançadas, pela Câmara Municipal do Porto Novo, as obras de expansão, reabilitação e construção da rede e ligações de água domiciliária, como medida provisória para permitir a continuidade do serviço de abastecimento de água potável na zona de Alto São Tomé.

➤ Uma avaria na bomba “booster” da unidade dessalinizadora RO2, manteve produção da IDAM a 50% da sua capacidade, entre os dias 8 e 14 de Julho.

AGOSTO

➤ Sem resultados por causa da oposição da Câmara Municipal de Ribeira Grande à participação da APN, no dia 23 de Agosto teve lugar uma reunião para a criação da empresa Águas de Santo Antão (ADSA) em Ponta do Sol, com a presença do Sr. Ministro da Agricultura e Ambiente, do Sr. Secretário de Estado para a Agricultura, dois Sres. Presidentes das Câmaras Municipais da Ilha de Santo Antão, e da própria APN.

SETEMBRO

➤ A intensa chuva caída em diversos dias do mês de Setembro no município de Porto Novo, provocaram inundações na IDAM nos dias 6 e 10, que determinaram a interrupção da produção de água dessalinizada. As reservas esgotaram e foi preciso interromper o fornecimento à rede.

➤ No âmbito do Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais na Ilha de Santo Antão, co-financiado pelo Governo e pelo BADEA, o Governo publicou um anúncio de concurso para aquisição de dois camiões de saneamento e para o fornecimento de um conjunto de equipamentos e ferramentas para a manutenção e operação de instalações de água potável e saneamento.

OUTUBRO

➤ A APN conseguiu renovar os certificados de qualidade HACCP (Codex Alimentarius) e ISO9001:2015, após auditoria da APCER.

NOVEMBRO

➤ O volume fornecido a auto-tanques voltou a bater um novo recorde, com 2.588 m³.

DEZEMBRO

➤ No dia 3 de Dezembro, a IDAM do Porto Novo cumpriu o XVº aniversário desde a sua inauguração, com 3,53 milhões de m³ de água dessalinizada fornecidos à rede pública e a outras localidades do Município, comprovando a importância deste recurso hídrico não convencional.

Em 2022, o Conselho de Administração reuniu-se por três ocasiões. A primeira no dia 24 de Março, a segunda no dia 27 de Outubro e a terceira no dia 25 de Novembro.

4. Evolução do negócio

4.1 Produção de água dessalinizada

A ÁGUAS DE PORTO NOVO S.A. opera uma IDAM com capacidade de produção de 1.000 m³/dia de água dessalinizada sob o regime de Produtor Independente mediante a licença lavrada pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade através do Despacho nº06/2005.

unidade	sistema	Membrana	sist. poupança energia	capacidade (m ³ /dia)	horas acum.
RO1	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	82.907
RO2	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	86.845

Tabela 4.1.1 Capacidade instalada

À produção de água são aplicados controlos diários em cumprimento da normativa de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que tem como referência a norma Codex Alimentarios CAC/RCP 1.0, para a qual a APN está certificada.



Os processos de captação de água do mar, elevação à IDAM, alimentação às unidades dessalinizadoras, dessalinização por osmose inversa, post-tratamento, armazenagem e elevação à rede pública são monitorizados por sistema de telecontrolo personalizado, mediante o programa informático SCADA.

A operação técnica da IDAM no ano 2022 foi satisfatória, mas deparou com ocorrências no grupo de bombas de elevação da água potável à rede pública e registou graves ocorrências durante o período das chuvas no mês de setembro. Continuaram a serem aplicados os procedimentos de operação e manutenção segundo as especificações da normativa de controlo de qualidade ISO9001:2015 de modo limitado, pois a instalação se manteve num elevado factor de carga e viu-se afetado por limitações de tesouraria.

Os poços de captação de água do mar, elementos fundamentais no processo de dessalinização, apresentaram um comportamento variável, muito condicionado pelos efeitos da seca no decorrer do primeiro semestre, a recarga dos lençóis freáticos no terceiro trimestre e a contaminação com salmoura após rotura do emissário por causa das enxurradas de setembro.

unidade	horas/ano	nº paragens	disponibilidade	produção (m ³)
RO1	8.299	31	95%	160.422
RO2	7.841	37	90%	151.223

Tabela 4.1.2 Disponibilidade das unidades de osmose inversa

O volume produzido no ano 2022 ascendeu a 311.644 m³, valor 10% inferior ao recorde de 347.004 m³ registado em 2021, mas o 2º maior registo desde o início da actividade. O volume produzido na IDAM do Porto Novo em 2022 representa o 4,8% do total da dessalinização nacional.

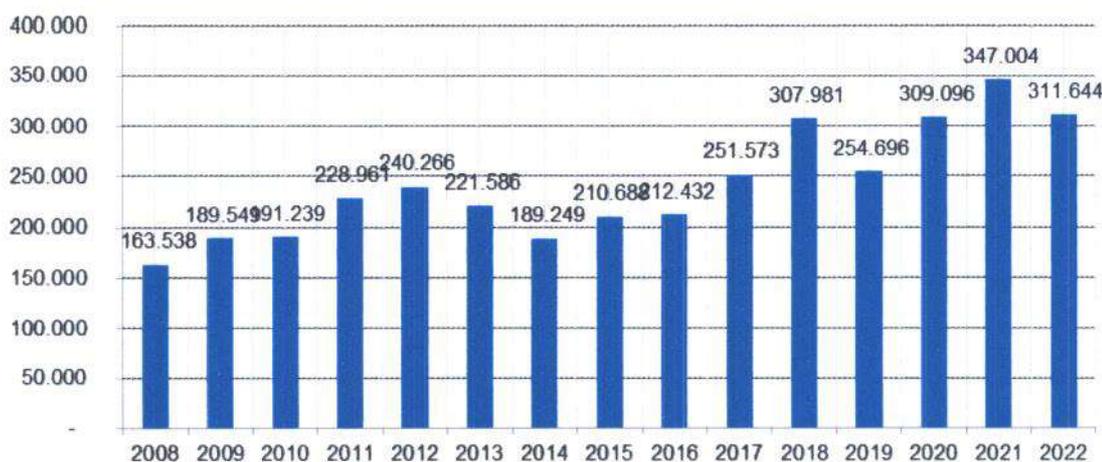


Gráfico 4.1.1 Evolução anual do volume de água dessalinizada produzido na IDAM (m³)

O caudal médio diário de produção foi de 854 m³/dia. Com este valor, a taxa de utilização da IDAM desceu até os 85%, ainda assim superior à média histórica de 66%.

A capacidade dos depósitos de armazenamento de água dessalinizada (2 x 1.000 m³), que correspondente a uma reserva de praticamente três (3) dias de consumo, não foram suficientes para evitar interrupções no abastecimento entre os dias 6 e 10 de setembro.

Relativamente às inundações do mês de setembro, as enchurradas provocaram a rotura do emissário de salmoura no percurso até o mar. Até o fim do exercício não foi possível ainda, realizar a reparação, sendo que esta circunstância provoca o alagamento do terreno circundante ao edifício dos poços de captação de água do mar com o conseqüente risco de aumento da salinidade da água captada.



Gráfico 4.1.2 Evolução anual do nº de paragens por unidade dessalinizadora

Conseguiu-se um melhor desempenho no número de paragens de cada unidade. Foram registadas em média 5,7 paragens/mês, nível inferior comparativamente ao ano 2021, no qual se tinham registado 6,6 paragens/mês.

4.2 Balanço salino

Os 5 anos do último período de seca iniciada em 2017, com exceção de um breve intervalo de chuvas em 2020, começou a ter efeito na salinidade dos poços de captação de água do mar e no primeiro semestre de 2022, o teor de sal aumentou.

Mesmo assim, os valores de salinidade registados nos poços de captação de água do mar se mantiveram abaixo dos da água do mar e até atingiram o menor valor de sempre. Confirma-se assim, pelo 15º ano consecutivo, que a bombagem permanente afeta apenas ligeiramente a sua composição físico-química.

A média da condutividade eléctrica da água captada nos poços em 2022 foi de 29,48 mS/cm, valor 44% abaixo do valor deste parâmetro medido na água do mar, que foi de 52,26 mS/cm, enquanto o rejeito da IDAM registou 44,37 mS/cm.



Gráfico 4.2.1 Evolução mensal da salinidade medida em condutividade eléctrica (mS/cm)

O rejeito do processo de dessalinização foi vertido ao mar a uma temperatura média de 27,6°C, enquanto que a temperatura média de água do mar do canal em 2022 foi de 26,1°C.

Registou-se uma leve queda na salinidade média dos poços de captação em relação ao valor de 2021, factor que junto a menor salinidade da água do mar, reduziu o valor da conductividade do rejeito até os 44,37 mS/cm.

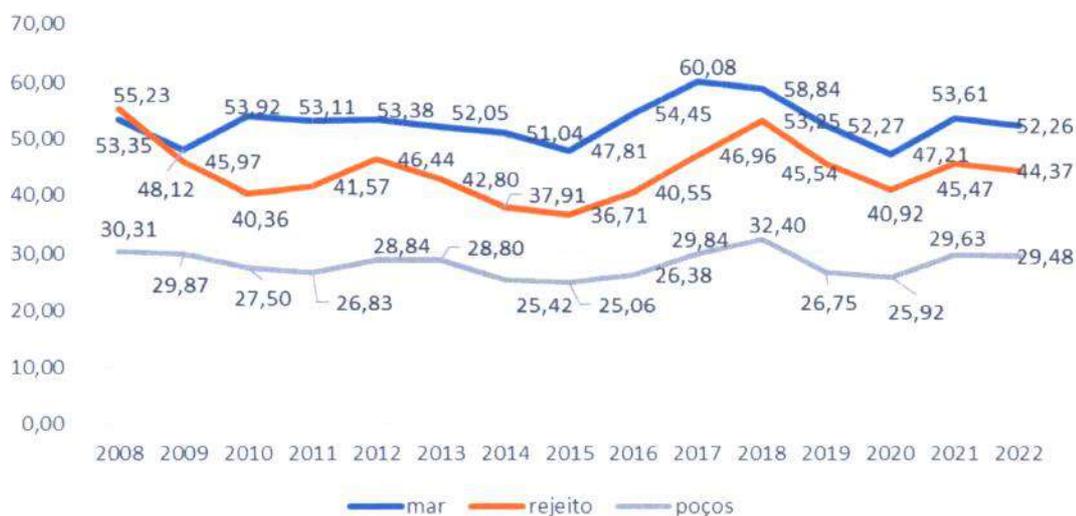


Gráfico 4.2.2 Evolução anual da salinidade medida em conductividade eléctrica (mS/cm)

4.3 Fornecimento de água dessalinizada para distribuição

Em 2022 foi fornecido um volume de 310.434 m³ ao SAAS da Câmara Municipal, representando uma queda de 10% comparativamente ao ano anterior, mas ainda assim regista-se como o segundo maior valor fornecido desde o início da actividade comercial da sociedade, no ano de 2008.

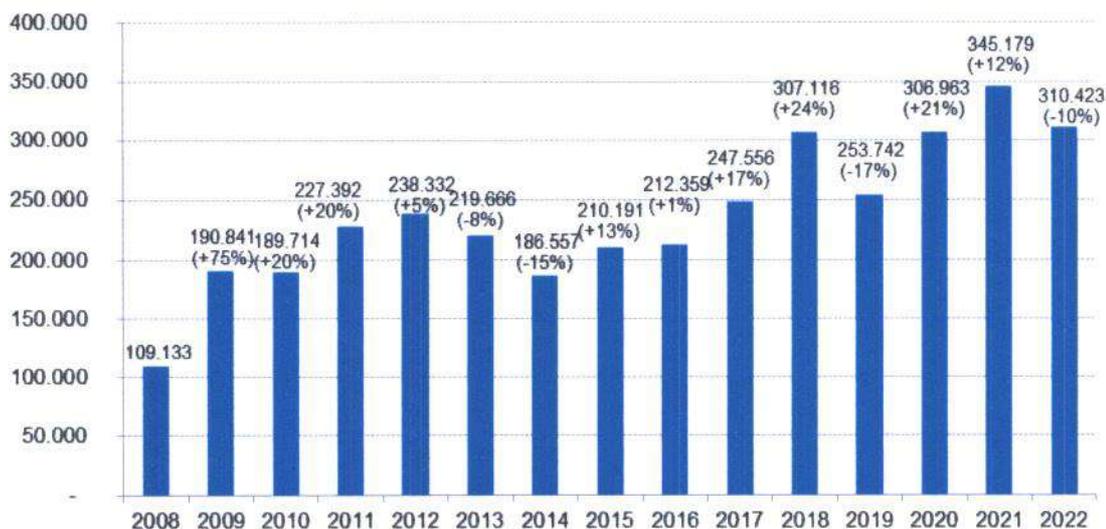


Gráfico 4.3.1 Evolução anual do volume fornecido para distribuição (m³)¹

Num período de elevada necessidade como factor indispensável pela higienização em plena pandemia, o serviço de abastecimento à rede pública manteve a continuidade no decorrer do exercício.



Gráfico 4.3.2 Comparativo mensal do volume fornecido para distribuição (m³)

A procura de água na rede pública manteve-se elevadíssima, em grande parte devido ao progressivo aumento das fugas nos tubos das redes de distribuição. Foi atingido um máximo mensal histórico de 30.193 m³ em Março e os volumes fornecidos apenas diminuíram em Setembro após uma série de reparações na rede de distribuição efectuadas pelos SAAS-PN. No entanto e do mesmo modo que no ano anterior,

¹ A actividade iniciou em Julho de 2008, por tanto neste ano o volume corresponde ao 2º Semestre.

segundo informações dos próprios SAAS-PN, operadores da rede pública de distribuição, a água faturada ficou abaixo de 50% da água fornecida pela APN.

O caudal médio de abastecimento diário situou-se em 851 m³/dia. Este caudal ultrapassou em 42% o valor “take or pay” constante no contrato de compra-venda (600 m³/dia) pela sétima vez nos catorze (14) anos de actividade comercial.

AD (m ³)	2022		média diária (m ³ /dia)
	produção	distribuição	
janeiro	24.056	24.294	784
fevereiro	22.567	22.064	788
março	23.304	23.062	744
abril	24.606	25.665	856
maio	29.457	28.293	913
junho	29.207	28.427	948
julho	24.805	25.047	864
agosto	29.528	29.216	885
setembro	22.344	22.691	756
outubro	28.969	28.641	924
novembro	26.715	26.948	898
dezembro	26.086	26.076	841
TOTAL	311.644	310.423	851
m ³ /mês	25.970	25.869	
m ³ /dia	854	850	
m ³ /hab·dia		0,085	

Tabela 4.3.1 Volumes mensais distribuídos (m³) e média diária

A maior parte do volume de água produzida, 92% do total, foi distribuída mediante bombagem direta ao depósito principal do sistema de distribuição da rede pública, sendo que o volume fornecido a auto-tanques representou 8% do total. O fornecimento em auto-tanque continua em aumento, tendo sido alcançado um novo recorde em 2022, um volume de 25.573 m³, 51% superior ao valor fornecido em 2021. Esta alteração nos volumes de distribuição deve-se a expansão urbana da cidade de Porto Novo em áreas mais elevadas, localizadas a uma cota superior à do depósito principal de distribuição (Morre-Bráz) e as necessidades no interior dos município.

fornecimento	vol. ano (m ³)	(%)
rede pública	284.850	92%
auto-tanque	25.573	8%

Tabela 4.3.2 Tipo de fornecimento

Registou-se um caudal mensal máximo de 948 m³/dia no mês de junho, e um mínimo de 744 m³/dia em março.

Em termos absolutos, o registo diário mais elevado ocorreu no dia 28 de Setembro, em que foi fornecido um volume de água à rede pública de 1.380 m³, o maior valor registado de sempre. Em 2022 apenas houve dois dias sem água na rede pública, 13 de março por motivo de uma avaria no grupo de pressão de elevação de água potável à rede pública e no dia 10 de setembro por causa da inundaçao da IDAM.

O abastecimento através de água auto-transportada continuou a ser suportado pela IDAM do Porto Novo, reforçando esta alternativa de abastecimento de água potável e demonstrando a sua flexibilidade e capacidade de adaptação hidráulica face às necessidades das populações e da economia da ilha. Trata-se de um instrumento de gestão como recurso hídrico não convencional.

Para além das novas áreas de expansão urbana da cidade, por este meio, foi possível dar cobertura às necessidades hídricas das populações do interior do Município, nomeadamente nos Planaltos Norte e Leste. O caudal diário fornecido aos auto-tanques registou uma média de 70 m³/dia, muito superior à média dos quatro anos anteriores e se verifica uma clara tendência ao crescimento desde a entrada em serviço da IDAM no ano 2007.



Gráfico 4.3.3 Evolução anual do volume fornecido a auto-tanques (m³)

5. Consumo de energia elétrica

A APN possui uma licença de Auto-produtor de energia eléctrica através do Despacho nº8/2005 do Ministro de Economia, Crescimento e Competitividade. Desde do início da produção, coincidindo com a inauguração em Dezembro de 2007, o fornecimento de energia eléctrica da IDAM tem sido garantido exclusivamente pela Central Eléctrica Autónoma.

Contudo, o ano 2018 foi excepcional, assinalado pela conexão, pela primeira vez, à rede eléctrica pública, no mês de Março. Esta importante operação, permitiu à APN diversificar os recursos de produção e a aumentar a garantia de potência eléctrica para além da central eléctrica autónoma.

Já em 2021 foram inaugurados um Posto de Transformação de 250 KVA e uma central solar fotovoltaica de 55 kWp, com o objectivo de iniciar a descarbonização no consumo energético da produção de água potável em Porto Novo

Motor	Combustível	Alternador	Potencia (kW)	Potencia aparente (KVA)
VOLVO TAD740	Gasóleo	MECC-ALTE	400 (2x200)	500 (2x250)

Tabela 5.1 Central Eléctrica Autónoma- potência instalada

A potência contratada à ELECTRA, concessionária nacional para a distribuição de energia eléctrica, é de 150 kW, e a ligação é constituída por uma linha de cabo de LXHIOE 1X120 mm² para unir a IDAM com a Estação Transformadora da zona de

Puzolana, e um armário elétrico contendo um comutador e as preceptivas protecções eléctricas.



Gráfico 5.1 Evolução das tarifas de electricidade BTE-MT (ECV/kWh) (sem IVA)

O ano 2022 iniciou-se com um preço de 23,47 ECV/kWh (sem IVA) para a tarifa MT e no mês de Julho foi alterado este valor para 28,22 ECV/kWh (+20%), devido à evolução dos preços nos mercados internacionais dos combustíveis e da relação euro/dólar americano.

No ano de 2022 a energia eléctrica consumida foi de 860 MWh, apresentando uma ligeira redução de 1% face a 2021.

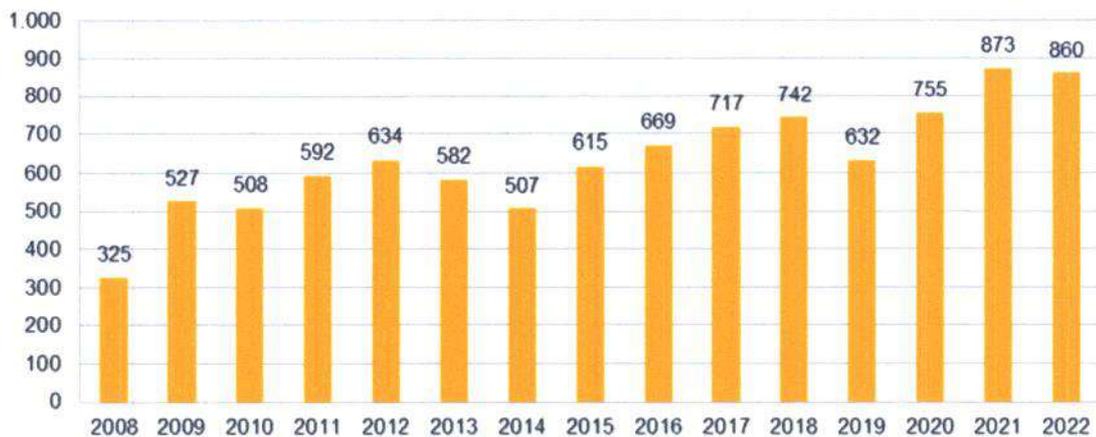


Gráfico 5.1 Evolução das tarifas de electricidade BTE (ECV/kWh) (sem IVA)

Do total da energia consumida, 760 MWh (88%) foram importados da rede eléctrica pública e 100 MWh (12%) foram da auto-geração com a central solar fotovoltaica.

O contributo da central solar fotovoltaica da IDAM ao sistema eléctrico da Ilha de Santo Antão permitiu poupar 23 toneladas de combustíveis fósseis, evitou uma emissão de 71,23 toneladas de gás CO₂ à atmosfera.

No mês de Dezembro, registou-se um consumo de energia eléctrica record de 81.559 kWh, sendo que o mínimo registou-se em Fevereiro, o mês mais curto do ano, com 59.303 kWh.

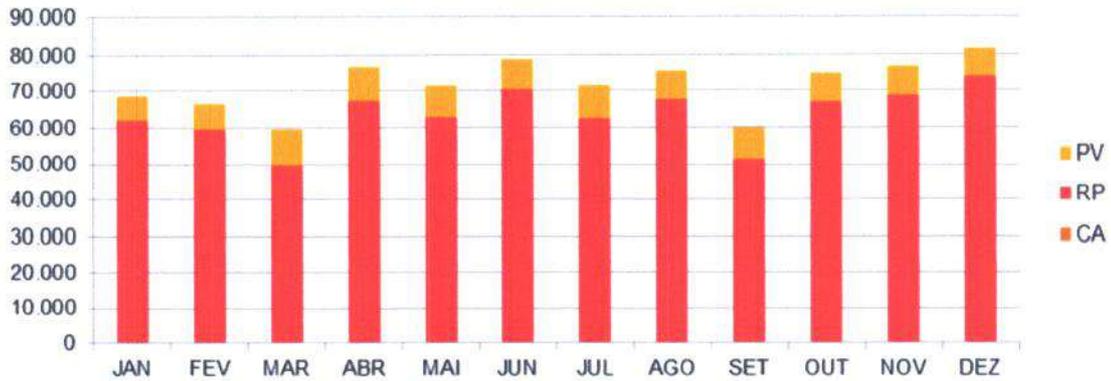


Tabela 5.2 Evolução mensal do abastecimento de energia eléctrica (kWh)

O consumo específico de energia no processo aumentou 10%, até 2,76 kWh/m³, denotando um aumento da salinidade dos poços de água de mar. Este aumento se deve, designadamente, ao progressivo incremento da salinidade dos poços por falta de chuva e à rotura do emissário de salmoura, que rompeu na altura do edifício dos poços de água do mar.

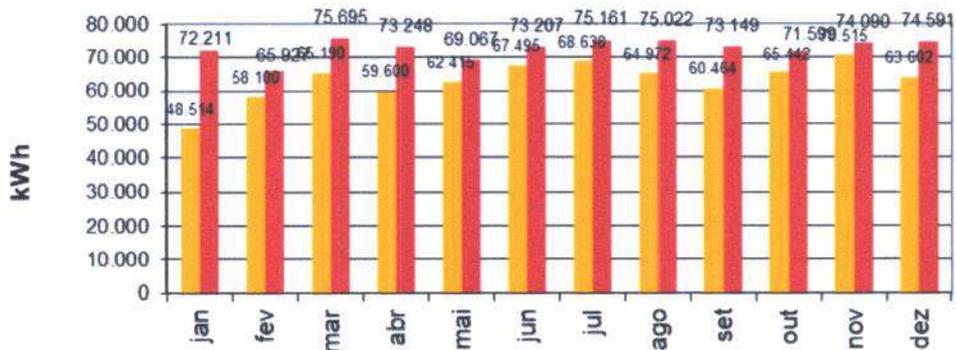


Gráfico 5.2 Consumo de energia eléctrica mensal (MWh)

O maior consumo de eletricidade registou-se no processo de osmose inversa, que com 582 MWh representou 68% do total consumido, seguido das bombas de alimentação e serviços auxiliares com 119 MWh (14%), do grupo de bombagem ao depósito de distribuição da Câmara Municipal com 72 MWh (14%) e das bombas dos poços de captação de água do mar com 86 MWh, totalizando 10%.

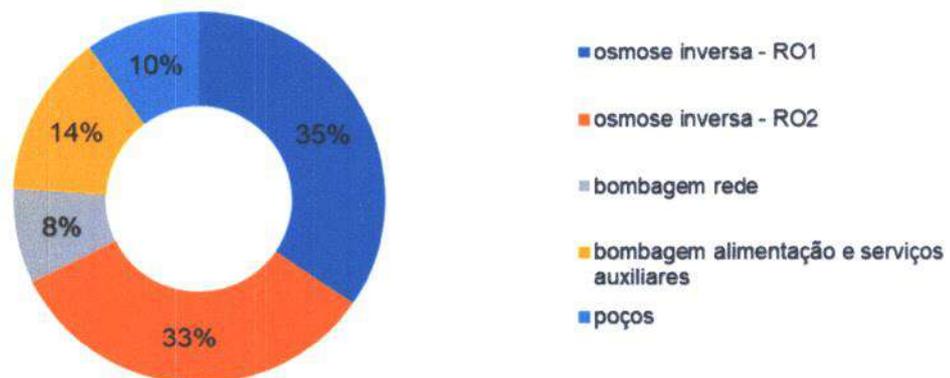


Gráfico 5.3 Distribuição dos consumos de energia eléctrica na IDAM em 2022

Em 2022 o consumo de gasóleo foi de 400 lt, face aos 320 lt do ano anterior. Este volume destinou-se aos arranques de manutenção dos grupos geradores da central autónoma e a eventuais serviços de emergência por ocorrências na Rede Elétrica.

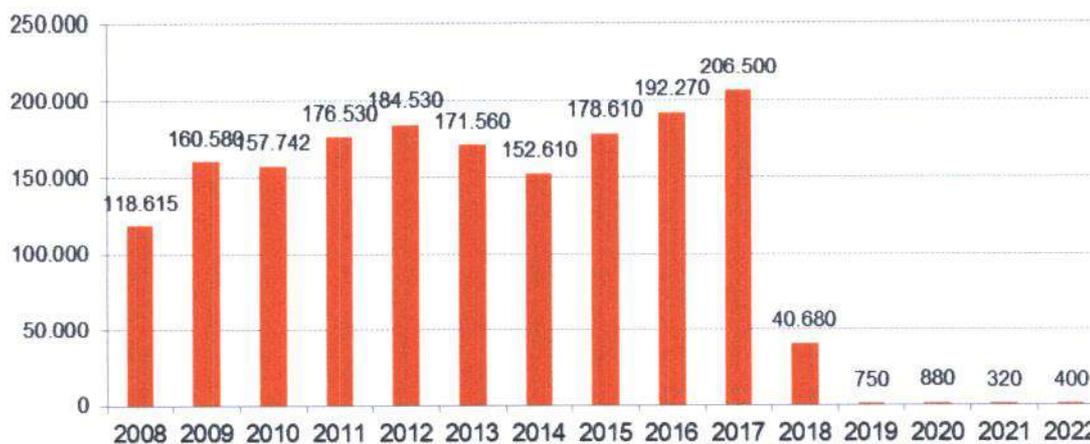


Gráfico 5.4 Evolução anual do consumo anual de combustível gasóleo (lt)

6. Dados Económico-Financeiros

6.1 Actividade comercial

O caudal médio diário situou-se nos 851 m³/dia em 2022, superando em 42%, o caudal do “take or pay” de 600 m³/dia, estabelecido no contrato de compra-venda de água dessalinizada, celebrado entre a Câmara Municipal do Porto Novo e a APN em 2008.

Em 2022 não houve alterações nos parâmetros do modelo tarifário para a produção de água dessalinizada por parte da Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) e a última atualização data de 12 de Julho de 2019.

A diminuição da procura provocou um incremento do preço de produção da água dessalinizada, em cerca dos 7% interanual, aumentando até os 169 ECV/m³, que representa um acréscimo de 11 ECV em termos absolutos,

Não obstante, o valor do preço médio de produção de água dessalinizada registado em 2022 continuou a representar um valor inferior comparativamente ao 1.º nível do escalão doméstico (245,2 ECV/m³) para a atividade de distribuição, apresentando uma margem de 76 ECV/m³ (45%).

A evolução histórica do preço de produção de água dessalinizada na IDAM do Porto Novo, evidencia uma redução gradual em relação aos valores registados nos primeiros anos de actividade. O valor médio obtido no ano 2022 apresenta uma queda de 43% em relação ao preço praticado no primeiro ano de actividade comercial (**Gráfico 6.1.1**), mesmo com preços de energia bastantes superiores aos praticados no contexto atual.

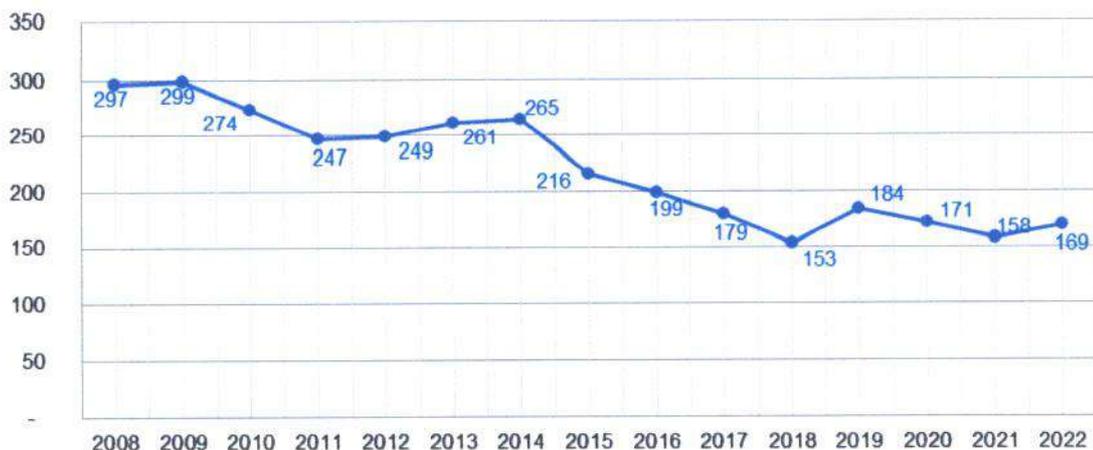


Gráfico 6.1.1 Evolução do preço neto (sem I.V.A.) de produção de água dessalinizada (CVE/m³)

No mês de Março, verificou-se o maior preço, no valor de 184 CVE/m³. O menor preço registou-se em Junho, no valor de 157 CVE/m³.

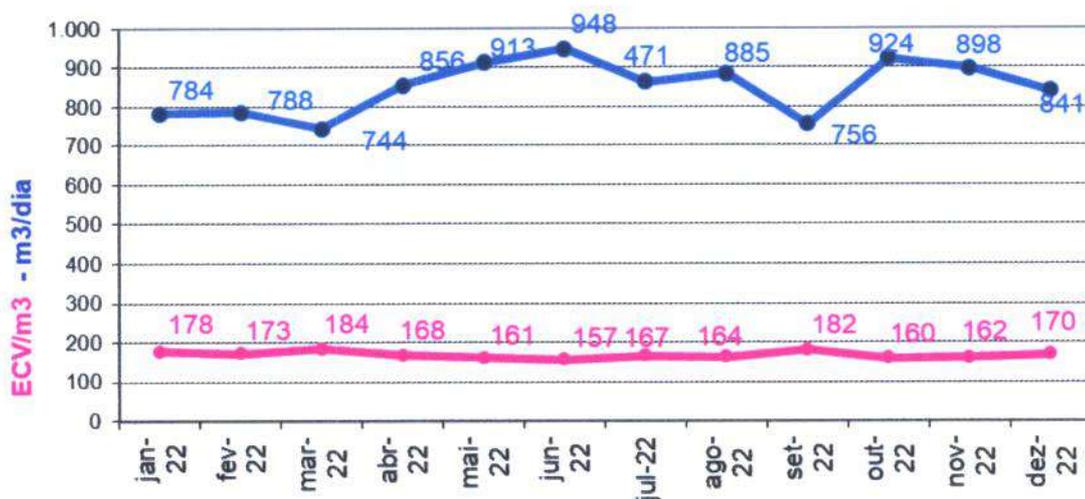


Gráfico 6.1.2. Preço neto médio mensal / caudal médio diário

O valor líquido do volume de negócio em 2022, foi de 55,53 milhões de escudos (+5%), dos quais 52.372 mECV resultantes da venda de água e o restante, 3.157 mECV, decorrente do processo de indemnização por parte da seguradora referente ao processo de sinistro da viatura ST-44-VN com perda total, resultante do acidente ocorrido em 2021.

O crónico défice de pagamentos efectuados pela Câmara Municipal, o maior problema no funcionamento da sociedade, continuou com a mesma tendência em 2022. Os pagamentos realizados pelo único cliente, aumentaram 2%, até um valor de 27.800 mECV em 2022, mas apenas representaram 49% do valor facturado.

(CVE)	Facturação APN	Pagamentos CMPN	ratio P/F
2008	32.749.264	10.368.936	32%
2009	58.442.778	26.500.000	45%
2010	53.319.269	24.680.000	46%
2011	57.566.163	28.585.000	50%
2012	59.207.738	31.255.000	53%
2013	64.459.863	112.750.000	175%

2014	56.892.175	38.181.376	67%
2015	51.306.009	40.149.444	78%
2016	47.866.405	27.878.806	58%
2017	52.617.630	79.728.972	152%
2018	52.873.672	32.012.000	61%
2019	52.988.719	34.055.625	64%
2020	59.384.458	31.486.875	53%
2021	62.510.220	27.350.000	44%
2022	56.562.151	27.899.000	49%
TOTAL	818.746.514	572.782.034	70%

Tabela 6.1.2. Evolução anual da facturação emitida e pagamentos recebido (ECV)

O valor pendente em dívida acumulado no final do Ano Económico 2022 ascende a 246.871 mECV, um aumento de 13% face aos 218.100 mECV que se verificavam no final do exercício de 2021.

Durante os primeiros anos de operação, o superior preço da água dessalinizada em relação à menor tarifa de distribuição, representava o principal factor de não pagamento, mas nos últimos anos, para além das fragilidades socioeconómicas inerentes à pandemia COVID-19, são as perdas técnicas e comerciais na rede, o motivo do desfasamento entre facturação e pagamento.

No decorrer da pandemia, o Governo através do Ministério das Finanças e com a coordenação técnica da ANAS, constituiu um fundo de equilíbrio social para beneficiar às famílias vulneráveis e facilitar o acesso à água potável e energia. Com este mecanismo, o objectivo é isentar o pagamento das facturas a pessoas em situação de risco social e compensar estes valores às operadoras. No final do exercício 2022, os SAAS-PN contabilizam cerca de 11 mECV por este conceito e assumiu-se o compromisso de repassar estes valores à APN com objectivo exclusivo de liquidar e regularizar as facturas pendentes de liquidar acumuladas junto aos fornecedores operacionais, entre os quais a concessionária nacional de distribuição de energia, a ELECTRA NORTE S.A.U.

Para manter a infra-estrutura operacional, o défice de tesouraria foi garantida por suprimentos do accionista APP, totalizando um valor total de empréstimo de 9.699.142 ECV no decurso do ano 2022.

6.2 Evolução do Balanço

O Balanço Analítico, a 31 de Dezembro de 2022, apresenta um Activo Líquido de 311.213.116 ECV e um Capital Próprio de 26.859.632 ECV.

No que diz respeito ao activo corrente, esta rúbrica continua muito condicionada pelo contínuo aumento anual da dívida do único cliente, a Câmara Municipal do Porto Novo, a um ritmo anual de dois dígitos.

O resultado positivo permitiu reforçar os Capitais Próprios em 3%, registando 26.859.632 ECV, o que representa 61% do capital social.

Por sua vez, o Passivo Total aumentou 5%, até 284.353.584 ECV por incremento dos suprimentos do accionista APP e das dívidas com fornecedores, nomeadamente a ELECTRA NORTE SAU.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022	2021	var
Activo	311.213.116	296.273.794	+5%
Activos Fixos Tangíveis	59.333.568	73.444.771	-19%
Investimentos em curso	0	0	--
Activo Não Corrente	59.333.568	73.444.771	-19%
Inventários	1.961.268	2.129.097	-8%
Clientes	246.871.094	218.100.391	+13%
Estado e Outros Entes Públicos	1.799.817	1.675.491	+7%
Outras Contas a Receber	0	0	--
Diferimentos	0	42.205	--
Caixa e Depósitos Bancários	1.247.369	881.839	+41%
Activo Corrente	251.879.548	222.829.023	+13%
Passivo	311.213.116	296.273.794	+5%
Capital realizado	44.000.000	44.000.000	--
Reservas legais	821.079	694.814	+18%
Outras variações no capital próprio	-1.806.655	-1.806.655	--
Resultados transitados	-16.989.302	-19.388.330	-12%
Resultado líquido do período	834.410	2.525.293	-77%
Capital Próprio	26.859.532	26.025.122	+3%
Passivo Não Corrente	200.249.985	195.841.533	+2%
Passivo Corrente	84.103.599	74.407.139	+13%
Total do Passivo	284.353.584	270.248.672	+5%

6.3 Conta de Resultados

O volume de negócios atingiu **55.530.134 ECV**, tendo registado um ligeiro crescimento de 2% em relação ao ano anterior. A venda de água diminuiu e os termos da tarifa não foram alterados, contudo o sinistro ocorrido com a viatura de serviço da empresa no ano anterior, resultou no recebimento de uma indemnização paga pela seguradora, incorporando o referido rendimento adicional na empresa.

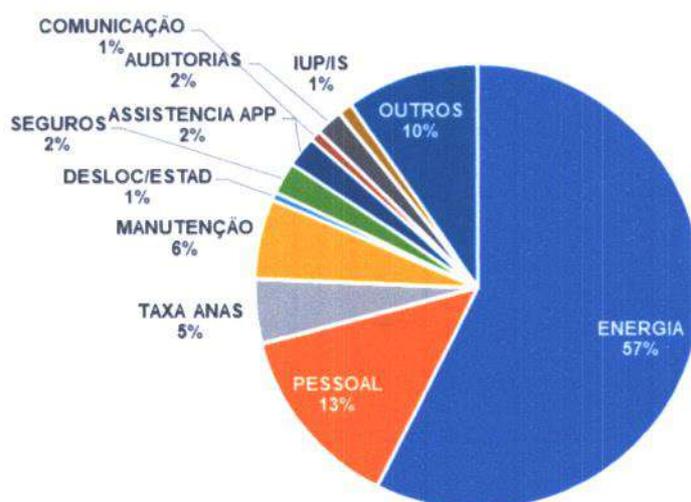


Gráfico 6.3.1. Distribuição dos custos operacionais em 2022 (%)

O Resultado Bruto (EBITDA) reduziu em -15% interanual, até 19.265.528 ECV, produto dos maiores custos, nomeadamente em energia.

O maior custo operacional da IDAM continua a ser a energia eléctrica, sendo então o maior fornecedor a ELECTRA (ELECTRA NORTE S.A.U.).

Em 2022, as despesas com aquisição de energia ascenderam a 20.817.543 ECV, atingindo 17% acima do valor registado em 2021, representando 57% do total dos custos operacionais. O consumo de energia eléctrica da IDAM foi menor pela menor produção de água, mas com o aumento da tarifa eléctrica MT de 20% em Julho, esta rubrica terminou por sofrer um sensível incremento. O primeiro ano completo de funcionamento da central fotovoltaica poupou a aquisição de 100 MWh à Rede Pública, 12% do total.

Sem o investimento de 17.420 -mECV realizado em 2021 no posto de transformação de 250 KVA e na central solar fotovoltaica de 55 kWh, os custos energéticos alcançariam valores superiores em 32% aos valores reais registados em 2022 pelo que não só se observou a poupança nos custos de produção, em termos absolutos, de 6.300 mECV, assim como se preservou o aumento da tarifa de produção de água potável.

Os custos com o pessoal ascenderam a 4.904.573 ECV, 10% a mais que em 2021, nomeadamente pela contratação de um novo operador e pelo maior número de horas extraordinária devido a necessidade de concentrar as operações de manutenção e concerto de avarias. Relacionado com este conceito, os materiais de manutenção, representam o terceiro maior custo, com 2.066.004 ECV, 62% maior que em 2021, devido aos trabalhos nos tanques metálicos de água producto.

A taxa de extracção determinada pela ANAS para a utilização do recurso dos poços de captação, passa ao quarto lugar por ordem de magnitude. Em 2022, totalizou 1.703.028 ECV e devido à menor produção de água dessalinizada, este custo diminuiu 8% em comparação ao ano 2021.

Na rubrica "Outros gastos " procedeu-se a reversão de um gasto contabilizado em 2021 no valor de 1.169.167 ECV, em previsão de um contingente aberto com uma empresa consultoria, para o valor de 419.750 ECV .

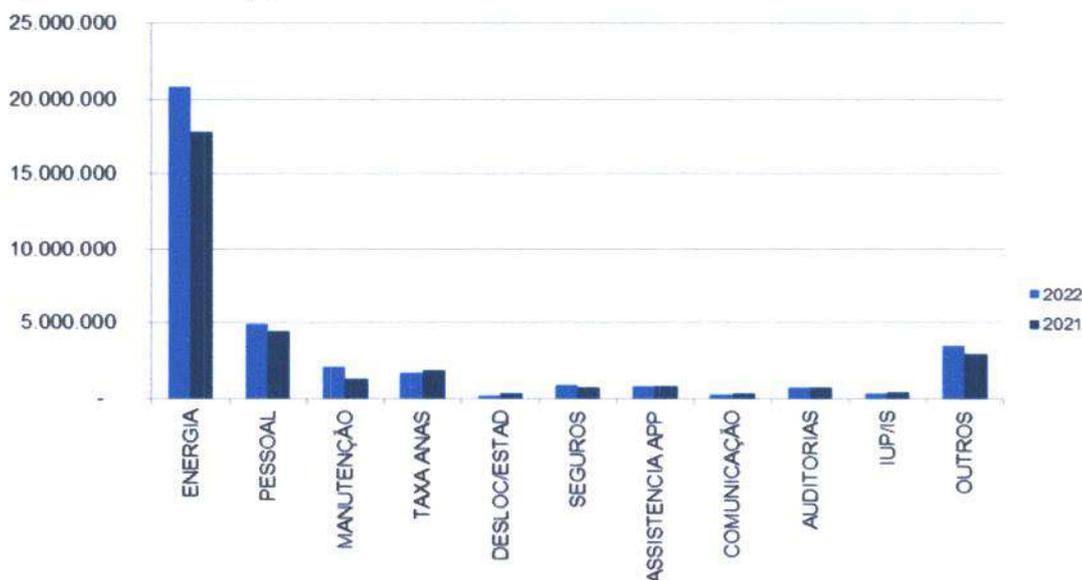


Gráfico 6.3.2. Distribuição dos custos operacionais em 2022 (ECV)

As Depreciações diminuíram em 5%, pelo fim de período de amortização de diversos equipamentos, entre eles o conjunto de membranas de osmose inversa da unidade dessalinizadora de água do mar RO2. No fim do exercício, terminam o período de amortização de uma parte significativa dos equipamentos eletromecânicos e obra civil da IDAM, totalizando 8.595.229 ECV, que terão um forte impacto na diminuição dos custos operacionais da conta de resultados em 2023.

Finalmente, os juros bancários suportados diminuíram em 20%, até o valor de 3.476.997 ECV, pela progressiva amortização dos empréstimos bancários junto do BCN.

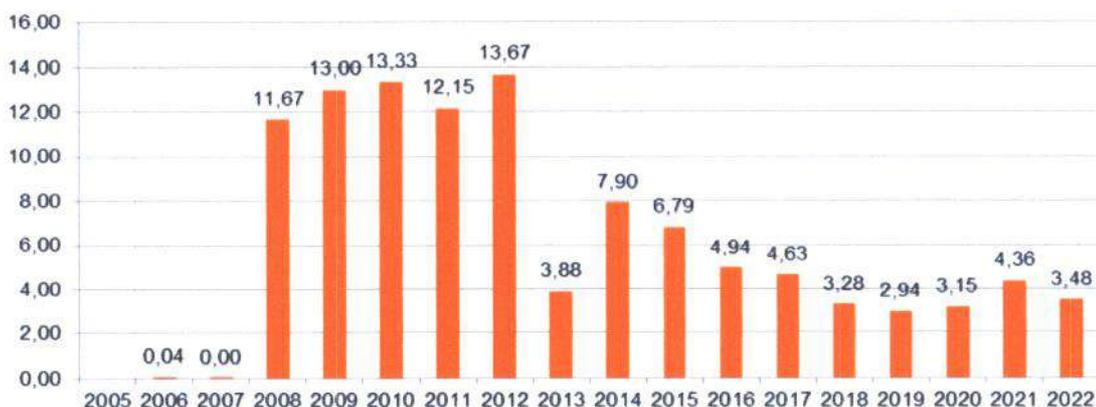


Gráfico 6.3.3. Evolução das despesas financeiras (milhões de escudos)

Perante este cenário, o desempenho económico-financeiro da empresa traduziu-se num resultado líquido positivo pelo terceiro ano consecutivo no montante de 834.410 ECV.

CONTA DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022	2021	var
RECEITAS	55.530.134	54.507.892	+2%
CUSTOS FIXOS+VARIÁVEIS	36.264.606	31.711.231	+14%
Resultado Bruto (EBITDA)	19.265.528	22.796.661	-15%
Amortizações	14.767.907	15.529.705	-5%
Resultado A.D.F. (EBIT)	4.497.621	7.266.956	-38%
Despesas financeiras	3.476.997	4.359.188	-20%
Resultado Antes de Imposto	1.020.624	2.907.768	-75%
Imposto sobre o rendimento	186.214	382.475	-51%
Resultado Líquido	834.410	2.525.293	-67%

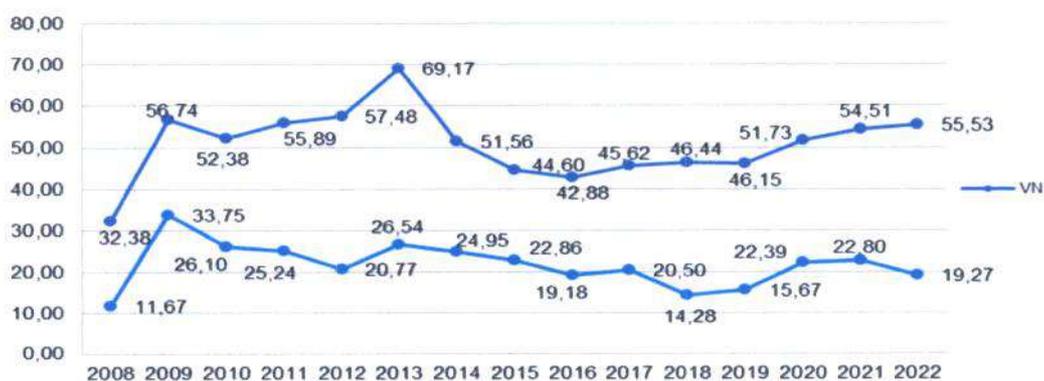
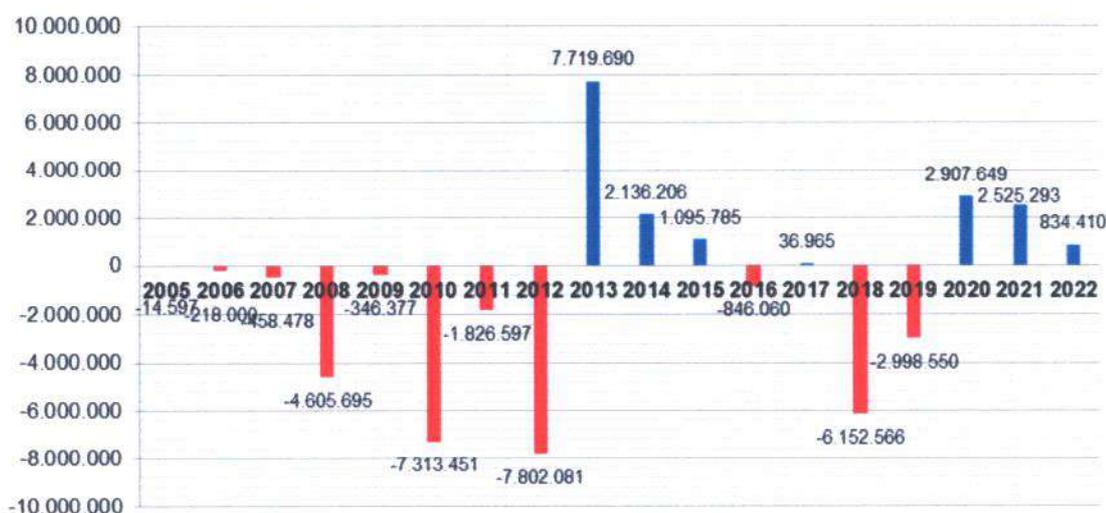


Gráfico 6.3.4. Evolução anual do volume de negócio e do EBITDA (milhões de CVE)

A redução do consumo de energia eléctrica da rede pública para a produção e a redução dos valores registados nas rubricas de depreciações e de despesas financeiras, permitiram manter os resultados positivos no exercício 2022.



Gráfica 6.3.5. Evolução do resultado anual (CVE)

6.4 Proposta de aplicação de resultados

Conforme o exposto no ponto anterior, o resultado líquido apurado do exercício foi positivo no montante de **CVE 834.410 ECV (Oito Centos Trinta e Quatro Mil Quatrocentos e Dêz escudos)**, cuja proposta de distribuição se detalha na tabela a seguir:

Conceito	Valor (ECV)
Reserva Legal (5%)	41.720
Resultados Transitados (95%)	792.690
Total Resultado 2022	834.410

O valor da rubrica "Resultados Transitados" é de -16.989.302 ECV em 2022.

6.5 Créditos subscritos

Em 2022 não foi possível amortizar qualquer prestação no capital pendente do empréstimo contraído junto da *Direção Geral do Tesouro* (DGT). No fim do exercício, encontram-se pendentes 96.472.720 ECV deste financiamento, cujo valor contratado inicialmente ascendeu a 167.368.426 ECV, dos quais já foram amortizados 70.895.707 ECV. Com referência a 31 de Dezembro, trinta e seis (36) prestações mensais deste empréstimo encontram-se vencidas por falta de tesouraria.

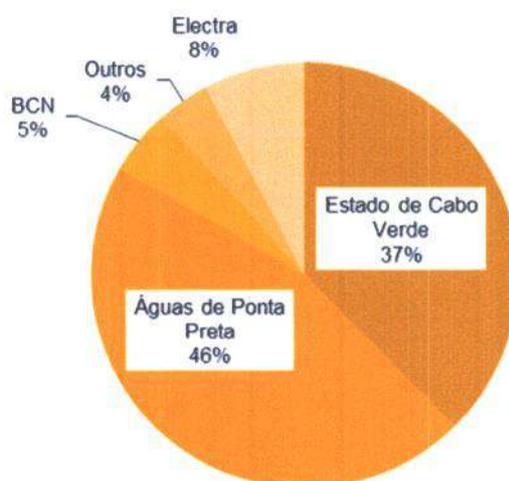
O período de amortização é de trinta e seis (36) meses e a taxa de juros aplicada fixou-se em 1,5%.

Adicionalmente, e devido ao persistente défice de tesouraria, para manter a IDAM em atividade, o acionista APP continuou a injetar suprimentos no valor de 9.699.142 ECV em 2022. Relativamente ao financiamento na modalidade "Crédito Rendas-Empresa Investimento" contratado em maio 2021, junto do BCN no valor de 13.000.000 ECV com 60 meses de período de reembolso e uma taxa de juros de 7,5%, no final de 2022 o saldo deste empréstimo ascendia a 9.395.860 ECV. Este financiamento tem como garantia uma livrança em branco subscrito à ordem do BCN e avalizada pelo acionista APP, Lda.

No fecho do exercício o valor acumulado dos suprimentos eleva-se a 95.186.369 ECV. A estes suprimentos é aplicada uma taxa de 1,5%, equivalente à taxa aplicada pela *Direção Geral do Tesouro* (DGT) no referido empréstimo de investimento.

Em Fevereiro 2020, tinha sido contraído no BCN mais um financiamento sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição e construção do posto de transformação de Média Tensão. O montante do empréstimo contratado ascendeu 8.000.000 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 193.431 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, calculados com base numa taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%. No final de 2022 o saldo deste empréstimo ascendia a 2.585.228 ECV.

Com recurso à indemnização da seguradora referente ao sinistro ocorrido com viatura em Novembro 2021, procedeu-se a liquidação antecipada do empréstimo na modalidade "Crédito Rendas-Automóvel", que tinha sido contratado em marco 2021. Em 18 de julho 2022, a empresa voltou a contratar, junto do BCN, financiamento sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, com finalidade exclusiva de substituir da viatura acidentada. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.253.252 ECV, com uma maturidade de 3 anos, correspondente a 36 rendas mensais, no valor de 70.609 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 8%.



Gráfica 6.5.1. Estrutura do Passivo da APN 2022

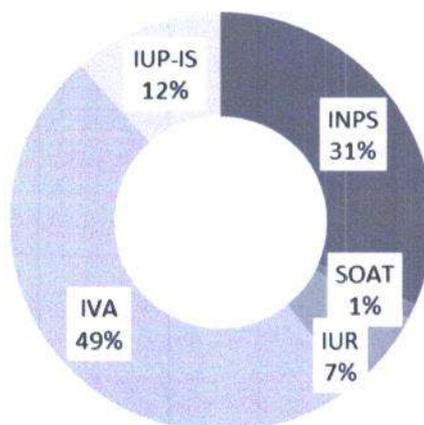
6.6 Contributo fiscal

O contributo fiscal da atividade desenvolvida pela APN no exercício 2022 ascendeu a 3.211.929 ECV, valor que corresponde a uma queda de 52% em relação ao exercício anterior, designadamente pela diminuição da taxa de incidência do IVA na água e na eletricidade em vigor desde início do exercício.

Contributo Fiscal	2022	2021
Previdência Social e Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho	1.008.319	908.336
SOAT	38.753	35.772
Imposto Único sobre o Rendimento	214.455	200.805
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.579.618	5.043.823
Imposto Único sobre o Património-Imposto de Selo	370.784	444.055
TOTAL	3.211.929	6.632.791

Tabela 6.6. Relação de impostos pagos

Na sequência da publicação da Lei nº 4/X/2021, de 31 de dezembro, que aprova o orçamento para o Ano Económico de 2022, contendo um conjunto de incentivos fiscais entre os quais a alteração da taxa do IVA na transmissão de eletricidade e no fornecimento de água aos consumidores finais, de 15 para 8%, a Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) determinou uma taxa de 8% para este imposto nas tarifas de eletricidade e água, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2022.



Gráfica 6.6.1. Distribuição de impostos pagos pela APN em 2022

6.7 Seguros contratados

Em virtude do estabelecido no artigo vigésimo do contrato de concessão (BO III Série, nº 7, de 15 de Fevereiro de 2008) a Sociedade tem contratado, pelo valor de 811.784 ECV, os seguros detalhados na tabela a seguir.

Tipo	Premio anual (ECV)	Companhia
Multirisco IDAM	198.866	GARANTIA
Multirisco Posto Transfor/Central Solar Fotovoltaica	40.275	IMPAR
Responsabilidade Civil	411.083	GARANTIA
Viaturas	210.303	IMPAR

Tabela 6.7. Relação de seguros contratados

6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

No dia 4 de Abril de 2018, o Conselho de Administração aprovou a aplicação de uma senha de presença de 5.000 ECV (cinco mil escudos) aos administradores participantes em cada reunião.

7. Recursos Humanos

A estrutura operacional da IDAM é formada por 7 pessoas com a distribuição que se pode observar na **tabela 7.1**. Em relação aos anteriores exercícios, foi contratado mais um funcionário, concretamente um operador de máquinas com o objectivo de facilitar as rotações nos períodos de férias e eventuais ocorrências. A média de idade situa-se nos **36** anos.

	Nome	Função	Idade	Antiguidade
1	Jailton Cabral dos Santos	Responsável da IDAM	38	2008
2	Anselmo Ramos Fortes	Operador de máquinas	40	2007
3	Sesaltino Fortes Andrade	Operador de máquinas	34	2007
4	Fernando Gomes Rodrigues	Operador de máquinas	38	2007
5	Ligia Maria Gomes Victória	Empregada limpeza	35	2007
6	Elton Jorge dos Reis	Operador de máquinas	33	2018
7	Alexsandro Fortes Rodrigues	Operador de máquinas	29	2022

Tabela 7.1. Relação dos funcionários da IDAM

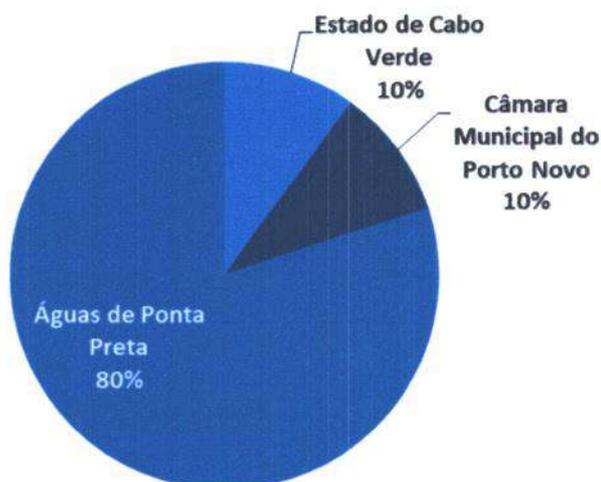
género	nº
homens	6
mulheres	1
total	7

Tabela 7.2. Distribuição dos funcionários por género

A gestão da sociedade é complementada com a estrutura operacional do accionista Águas de Ponta Preta Lda.

8. Dados da sociedade

8.1. Estrutura acionista



Accionista	Nº ações	Valor nominal (Escudos)
Estado de Cabo Verde	2.200	4.400.000
Câmara Municipal do Porto Novo	2.200	4.400.000
Águas de Ponta Preta Lda	17.600	35.200.000
TOTAL	22.000	44.000.000

Data de Constituição da Sociedade ► 1 de Julho de 2005
 Início Actividade ► 1 de Julho de 2008

8.2 Órgãos sociais

8.2.1 Mesa da Assembleia Geral

Presidente → Estado de Cabo Verde (Hernany Brito dos Santos)
 Secretário → Águas de Ponta Preta Lda. (Flávio de Oliveira Santos)

8.2.2 Conselho de Administração

Presidente	→	<u>Norberto Larriba Blay (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Ángel Teno Santos (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Damià Pujol Alibés (APP LDA)</u>
Administrador	→	<u>Pendente de Nomeação (Estado de Cabo Verde)</u>
Administrador	→	<u>Irlando Ramos (Câmara M. do Porto Novo)</u>

8.2.3 Conselho Fiscal

Fiscal Único	→	<u>BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria</u>
--------------	---	--

9. Projectos Complementares

A Sociedade concentra as actividades em responsabilidade social na população das zonas rurais do município do Porto Novo, sempre com o objectivo de facilitar o acesso aos serviços básicos de água e energia eléctrica.

Em parceria com a APP, a APN continuou a prestar apoio na monitorização e em diversas ações de cariz social nas aldeias de Monte Trigo e Tarrafal de Monte Trigo, no âmbito do projeto findo em 2014 e denominado SESAM-ER (Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas mediante Micro-redes com Energias Renováveis na Ilha de Santo Antão).

De todas as actuações abrangidas pelo SESAM-ER, que conseguiram proporcionar eletricidade contínua a 1.200 pessoas, o sistema eléctrico de Monte Trigo converteu-se no mais emblemático. Graças à central solar fotovoltaica instalada em 2012, Monte Trigo foi a primeira localidade do país a ter o serviço eléctrico assegurado na totalidade por energias renováveis.

No mês de Fevereiro, a Central Fotovoltaica de Monte Trigo cumpriu 10 anos de funcionamento. Durante este período, a Central produziu 372 MWh, evitando o consumo de 105.802 litros de gasóleo e a emissão de 316 toneladas de gás CO₂ para a atmosfera. Estes resultados representam as mudanças socioeconómicas numa aldeia piscatória hiper-isolada, com 275 habitantes, até ao ponto de ter atingido o limite da capacidade técnica do sistema eléctrico.

Simultaneamente, o projecto de “Reforço do Acesso à Energia Sustentável para Impulsionar Atividades Geradoras de Rendimento”, implementado em Monte Trigo em 2020, e gerido pela Associação AGRIPESCA, continuou a funcionar em 2022. A Casa de Gelo produziu 52 toneladas de gelo para actividade piscatória, com 13 MWh de energia eléctrica 100% renovável, comprovando a sustentabilidade deste projecto, e potencializando igualmente empoderamento das mulheres da aldeia.

10. Evolução previsível da sociedade

O futuro da sociedade fica condicionado à evolução do projecto ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A. (ADSA), cujo desenvolvimento ficou afetado pela erupção da pandemia COVID-19. A publicação no Boletim Oficial, da Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2020, de 1 de Julho, representa um passo determinante no processo da reforma institucional do Sector da Água e do Saneamento em Cabo Verde. O colapso dos

serviços autónomos municipais e a necessidade imperativa da sua empresarialização são indispensáveis para a garantia do fornecimento dos serviços básicos, num país onde serão necessários investimentos no valor de 700 M€ para providenciar uma dotação mínima de 90 litros/habitante·dia de água potável à população.

Por sua vez, o projecto ADSA está ligado ao Projecto de Abastecimento de Água Potável e Saneamento de Águas Residuais, promovido pelo Governo de Cabo Verde e financiado pelo BADEA, que inclui a completa renovação da rede de distribuição de água potável, o qual diminuirá as perdas técnicas e o fornecimento de água potável, sendo que o referido Projecto inclui ainda e entre outros, uma nova rede de esgotos e uma Estação de Tratamento de Águas Residuais de 400 m³/dia.

Na referida Resolução nº 90/2020, se estabelece a participação da APN como parceiro estratégico para fazer a gestão do ciclo integral da água na cidade, sendo que na Assembleia Geral Ordinária 2019 já tinha sido aprovada uma alteração dos estatutos da sociedade, incluindo a distribuição de água potável e o saneamento das águas residuais no seu objecto social, com os votos favoráveis dos accionistas Estado e Câmara Municipal do Porto Novo.

Ainda de acordo com a referida Resolução nº90/2020, cabe ao Grupo de Trabalho definir e propor uma estratégia de saneamento da dívida triangular entre a Câmara Municipal do Porto Novo, a Águas de Porto Novo e o Estado/Tesouro, pelo que é expectável uma reestruturação patrimonial da empresa decorrente desta operação.



Igualmente, após o positivo impacto dos investimentos contemplados no Plano de Actividades 2020 e inaugurados em 2021, que tem contribuído com uma poupança no custo em energia em 32% e preservado o aumento da tarifa de água perante um cenário de elevados preços dos combustíveis e da electricidade, se confirma o potencial das novas tecnologias que reforçam onexo água-energia e marca a tendência para diminuir o preço de produção.

Neste sentido, o Conselho de Administração reafirma a sua aposta no projecto PVSA, para a implementação de uma Central Solar Fotovoltaica de 719 kWp com armazenagem mediante uma bateria de 669 kWh/334 kW, que tem como principal objectivo, abastecer com energias renováveis, a totalidade do consumo eléctrico da IDAM do Porto Novo.

Quinze anos após a sua inauguração, a IDAM do Porto Novo mantém a totalidade da capacidade produtiva e ao longo dos anos, e tem evoluído garantindo e assegurando a continuidade do fornecimento do serviço prestado, na procura da excelência na qualidade da água potável, na digitalização dos processos e na integração das energias renováveis para a converter numa infra-estrutura hidráulica eficiente, útil para os portonovenses e preparada para absorver as novas tecnologias de futuro.

11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício

Ao fim do exercício 2022, o acionista Estado continua sem nomear administrador substituto do Engº Ariel Cruz Assunção, que apresentou a sua renúncia em data 25 de julho de 2022.

Dando cobertura ao seguro de responsabilidade civil contratado pela APN, no dia 17 de janeiro, a companhia de seguros GARANTIA concedeu uma indenização no valor de 1.754.539\$00 para reparação da conduta do emissário de salmoura da IDAM, estragado pelas enxurradas das chuvas do passado mês de setembro. Imediatamente foram contratadas as obras de empreitada para realizar a reparação desta conduta.

No dia 3 de março de 2023, foi assinado na Câmara Municipal de Paul, o Acordo Parassocial entre os acionistas da futura empresa intermunicipal ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A (ADSA), integrando os municípios de Ribeira Grande, Paul e Porto Novo, para além da ÁGUAS DE PORTO NOVO S.A.

No dia 7 de março, a ELECTRA procedeu ao corte do serviço de abastecimento de energia eléctrica à IDAM do Porto Novo às 10:00 h. A intervenção da Câmara Municipal do Porto Novo permitiu a religação do serviço às 19:00 h. A delicada situação da tesouraria contribuiu para aumentar em 38% (6 MECV) a dívida da APN junto da concessionária nacional de distribuição de energia eléctrica.

Porto Novo, 23 de Março de 2022

O Conselho de Administração



ANEXO 1. BALANÇO ANALÍTICO

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

BALANÇO em 31 de DEZEMBRO de 2022

UNECY

RUBRICAS	Data de Referência		
	31/12/2022		31/12/2021
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2		
Terrenos e recursos naturais			4,400,000
Edifícios e outras construções			36,366,117
Equipamento básico			28,866,596
Equipamento de transporte			2,668,522
Equipamento administrativo			250,640
Outros activos fixos tangíveis			892,896
Activos intangíveis			
Trespasse (goodwill)			
Projectos de Desenvolvimento			
Programas de computador			
Propriedade industrial			
Outros activos intangíveis	3.3	59,333,568	
Investimentos em curso			
Activos fixos tangíveis em curso		0	0
Activos por impostos diferidos			
Activos não correntes detidos para venda			
Total do activo não corrente		59,333,568	73,444,771
Activo Corrente			
Inventarios	4		
Produtos acabados e intermedios		292,718	309,169
Materias-primas, subsidiarias e de consumo		1,668,550	1,819,928
Outros productos de consumo			
Clientes	5	246,871,094	218,100,391
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	7	1,799,817	1,675,491
Outras contas a receber	8	0	0
Diferimentos	9	0	42,205
Caixa e depósitos bancarios	10	1,247,369	881,839
Total Activo corrente		251,879,548	222,829,023
Total activo		311,213,116	296,273,794
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	44,000,000	44,000,000
Reservas legais	12	821,079	694,814
Outras variações no capital proprio		-1,806,655	-1,806,655
Resultados transitados	13	-16,989,302	-19,388,330
Resultado liquido do periodo		834,410	2,525,293
Total do capital próprio (antes de interesses minoritarios)		26,859,532	26,025,122
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		26,859,532	26,025,122
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	156,108,743	161,173,206
Outras conta a pagar	15	44,141,242	34,668,327
Total do passivo não corrente		200,249,985	195,841,533
Passivo Corrente			
Fornecedores	16	57,567,378	47,918,888
Estado e outros entes publicos	7	1,353,399	1,390,390
Financiamentos obtidos	14	5,418,862	4,972,796
Outras contas a pagar	15	34,396	124,396
Outros passivos financeiros			
Diferimentos	9	19,729,564	20,000,669
Total do passivo corrente		84,103,599	74,407,139
Total do passivo		284,353,584	270,248,672
Total do capital proprio e do passivo		311,213,116	296,273,794

O Técnico Contas



A Gerência



A Administração



ANEXO 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.
NIF 251873846
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 de JANEIRO de 2022 e 31 de DEZEMBRO de 2022

U=ECV

RUBRICAS	PERÍODO		
	2022		2021
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviço	17	52,372,566	54,348,157
Subsídios à exploração			
Ganhos/Perdas Imputados de subsídios, associadas e empreendimentos conjuntos			
Varição nos inventários de produção	18	-16,451	4,094
Trabalhos para própria entidade			
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-22,520,571	-19,683,737
Resultados operacional bruto		29,835,544	34,668,514
Fornecimento e serviços externos	20	-5,905,792	-6,991,886
Valor acrescentado bruto		23,929,752	27,676,628
Gastos com o pessoal	21	-4,904,573	-4,469,451
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		0	0
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3,157,568	159,735
Outros gastos e perdas	22	-2,917,219	-570,251
Resultados antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e imposto		19,265,528	22,796,661
Gastos /Reversões de depreciação e de amortização	3.2	-14,767,907	-15,529,705
Perdas/reversões por imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		4,497,621	7,266,956
Juros e ganhos similares obtidos		-	
Juros e perdas similares suportados	23	-3,476,997	-4,359,188
Resultado antes de imposto		1,020,624	2,907,768
Imposto sobre o rendimento do período	24	-186,214	-382,475
Resultado liquido do período		834,410	2,525,293

O Técnico Contas



A Gerência



A Administração



ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO

COMPREENSÃO ENTRE 1 de JANEIRO de 2022 e 31 de DEZEMBRO de 2022

U=ECV

RUBRICAS	PERÍODO		
	2022		2021
	Notas	Valores	Valores
Rédito das vendas e das prestações de serviços	17	52,372,566	54,348,157
Gasto com as vendas e com as prestações de serviços	18 e 19	-22,537,022	-19,679,643
Resultado bruto		29,835,544	34,668,514
Outros rendimentos		3,157,568	159,735
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-1,204,073	-3,428,695
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-27,291,418	-24,132,598
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		4,497,621	7,266,956
Perdas e ganho de financiamento (liquidos)	23	-3,476,997	-4,359,188
Resultados antes de impostos		1,020,624	2,907,768
Imposto sobre o rendimento do período	24	-186,214	-382,475
Resultado líquido do período		834,410	2,525,293

O Técnico Contas



A Gerência



A Administração



ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.
NIF 251873846
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2022 e 31 de DEZEMBRO de 2022

U-ECV

	PERÍODO	
	2022	2021
	Notas	Valores
Método Directo		
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de clientes	27,800,000	27,250,000
Pagamento a fornecedores	-26,353,086	-19,886,652
Pagamentos ao pessoal	-3,514,453	-3,204,831
Caixa gerada pelas operações	-2,067,539	4,158,517
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	-263,286	-334,263
Outros recebimentos/pagamentos	8,775,249	-9,618,855
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	6,444,424	-5,794,601
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-3,145,000	-3,808,372
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	2,938,100	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao Investimentos	0	661,879
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-206,900	-3,146,493
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2,253,252	15,608,696
Realização de capital e de outros instrumentos de capital proprio		
Cobertura de prejuizos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-6,871,649	-5,749,925
Juros e gastos similares	-1,253,597	-1,462,212
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital proprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-5,871,994	8,396,559
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	365,530	-544,535
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	881,839	1,426,374
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1,247,369	881,839

O Técnico Contas



A Gerência



A Administração



ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

NIF 251873846

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2022 e 31 de DEZEMBRO de 2022

DESCRÇÃO	Meses	Capital próprio atribuído aos detentores do capital											Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Acções (votos preferais)	Reservas e outros instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Avaliamentos em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transferidos	Resultado Líquido do Período						
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO N 1		44.000,000				694,814								-1.806,655	-19.388,330	23.499,829	23.499,829	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO																		
Resultado líquido do período																		
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																		
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																		
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																		
Ajustamentos por impostos diferidos																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																		
RESULTADOS EXTENSIVO 2																		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																		
Realizações de capital																		
Realizações de prémios de emissão																		
Distribuições																		
Entradas para cobertura de perdas																		
Outras operações com detentores de capital																		
OUTRAS OPERAÇÕES																		
Distribuição Resultados 2021																		
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO N 1+2+3+4		44.000,000	0	0	0	821,079	0	0	0	0	0	0	0	-1.806,655	-16.989,302	834,410	26.859,532	26.859,532

Óptico Contas

A Gerência

A Administração




ANEXO 3. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A.

Referente a 2022, período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022

1. Nota Introdutória

ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A., encontra-se inscrita na Direção Geral das Contribuições e Impostos sob o NIF 251873846. Tem a sua sede em Lombinha de Água Doce, Porto Novo, Ilha de Santo Antão. A sua atividade é de produção, distribuição e comercialização de água potável.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato Financeiro (NRF) integrados no Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) adotados em Cabo Verde.

As NRF correspondem, genericamente, às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), transpostos para o Ordenamento Nacional pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 5 de Fevereiro.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior. Procedeu-se à reclassificação dos ativos tangíveis, conforme descrito nas notas 3.2. e 3.3.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos/princípios contabilísticos definidos no SNCRF e demais legislação cabo-verdiana. Foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos e em conformidade com os pressupostos contabilísticos da continuidade, regime do acréscimo, da consistência, da materialidade e agregação, da prudência e da substância sobre a forma já referenciados no ponto anterior.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A., são apresentadas em CVE (Escudos Cabo-verdianos). O CVE é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. À data de balanço, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício.

3.1.1. Fluxos de Caixa

O saldo da caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que se encontram totalmente disponíveis para uso e totalizam o valor de 1.247.369 ECV.

Estes ativos são mensurados ao justo valor com alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelos seus custos deduzidos de depreciação e perdas por imparidades acumuladas. Os referidos custos compreendem: o preço de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e todas as despesas directamente imputáveis à sua aquisição acrescidos de todos os encargos suportados com a colocação do activo na localização e condição necessária ao seu pleno funcionamento conforme pretendida pela Empresa. Contudo, por decisão da gestão, os gastos de financiamento inerentes aos activos em curso são reconhecidos como gastos dos exercícios nos respetivos exercícios incorridos.

Os gastos subsequentes inerentes às grandes reparações que poderão representar um aumento da capacidade produtiva ou aumento da vida útil do bem, são reconhecidos na quantia escriturada do activo. Da mesma forma que gastos referentes a custos de manutenção e reparação diária/corrente e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício.

As depreciações são calculadas numa base sistemática, pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada do bem, com base nas taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de janeiro, para os bens adquiridos até 2014 e com base nas taxas da tabela anexa a Portaria n.º 42/15, de 24 de agosto, para os bens adquiridos a partir de 2015 e são registadas como gastos do exercício.

Os terrenos não são depreciados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.2.1. Prevendo o estabelecido no contrato de concessão de obra pública de sistema de dessalinização de água do mar destinado ao abastecimento da cidade de Porto Novo, em regime de Build, Operate & Transfer, assinado a 01 de julho de 2008 pelo prazo de 30 anos, o qual prevê a transferência do ativos afetos a concessão ao concedente no final do contrato, procedemos à reclassificação do ativo tangível para intangível, conforme os movimentos descritos no quadro abaixo e no quadro da nota 3.3.1., para efeitos de comparabilidade com ano anterior, perspetivando a consolidação do Grupo APP. Os movimentos ocorridos no exercício de 2022 dos activos fixos tangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Activos Fixos tangíveis:						
Terrenos e recurso naturais	4 400 000			-4 400 000		0
Edifícios e outras construções	85 653 347			-85 653 347		0
Equipamento básico	191 260 952			-191 260 952		0
Equipamento transporte	3 028 969	3 145 000		-6 173 969		0
Equipamento administrativo	1 350 155			-1 350 155		0
Outros activos fixos tangíveis	2 087 148			-2 087 148		0
Activos Fixos tangíveis em curso						0
Total	287 780 571	3 145 000	0	-290 925 571	0	0

3.2.2. Os movimentos ocorridos no exercício de 2022 no valor de gasto com depreciações dos ativos fixos tangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Activos Fixos tangíveis:						
Edifícios e outras construções	49 287 230	3 253 566		-52 540 796		0
Equipamento básico	162 394 356	10 739 342		-173 133 698		0
Equipamento transporte	360 447	367 351		-727 798		0
Equipamento administrativo	1 099 515	62 610		-1 162 125		0
Outros activos fixos tangíveis	1 194 252	345 038		-1 539 290		0
Total	214 335 800	14 767 907	0	-229 103 707	0	0

A generalidade destes bens encontrar-se-ão integralmente amortizados antes do final do período da concessão, previsto para 2038.

3.3. Ativos intangíveis

(a) Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incursas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

(b) As depreciações são calculadas numa base sistemática, pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada do bem, com base nas taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de Janeiro de 1984, para os bens adquiridos até 2014 e com base nas taxas da tabela anexa a Portaria n.º 42/15, de 24 de Agosto de 2015, para os bens adquiridos a partir de 2015 e são registadas como gastos do exercício.

(c) A vida útil dos ativos é o período durante o qual a entidade espera que os ativos estejam disponíveis para uso, esse período foi calculado com base nas taxas de depreciação utilizadas;

3.3.1. Os movimentos ocorridos no exercício de 2022 dos activos intangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Activos Intangíveis:						
Bens afetos á concessão						
Terrenos e recurso naturais	0			4 400 000		4 400 000
Edifícios e outras construções	0			85 653 347		85 653 347
Equipamento básico	0			191 260 952		191 260 952
Equipamento transporte	0			3 145 000		3 145 000
Equipamento administrativo	0			1 350 155		1 350 155
Outros activos fixos tangíveis	0			2 087 148		2 087 148
Total	0	0	0	287 896 602	0	287 896 602

3.3.2. Os movimentos ocorridos no exercício de 2022 no valor de gasto com amortizações dos ativos intangíveis são os seguintes:

(valores CVE)

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Correções	Saldo Final
Activos Intangíveis						
Bens afetos á concessão:						
Edifícios e outras construções	0			52 540 796		52 540 796
Equipamento básico	0			173 133 698		173 133 698
Equipamento transporte	0			187 125		187 125
Equipamento administrativo	0			1 162 125		1 162 125
Outros activos fixos tangíveis	0			1 539 290		1 539 290
Total	0	0	0	228 563 034	0	228 563 034

3.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a entrada em vigor do Código de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovada na publicação da Lei nº82/VIII/2015, a taxa de imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei, entretanto alterada para 22%. O apuramento do lucro colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, é definido com base no somatório do Resultado Líquido do período e das variações positivas e negativas ocorridas no mesmo período e que não foram reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidas nos

termos do CIRPC. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo 59º do CIRPC, a partir 2015, os prejuízos apurados em determinado período da tributação são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os de um a mais de sete períodos de tributação. Contudo, anualmente, a dedução não pode exceder o montante correspondente a 50% do respectivo lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NRF 22 – Impostos sobre rendimentos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado. No cálculo do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor a data do balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para o futuro.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os respectivos são prestados.

O rédito da APN consubstancia-se na venda de água potável, a qual é produzida única e exclusivamente para o cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo, conforme contrato assinado a 01 de julho de 2008.

4. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

31-Dez-22

31-Dez-21

Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.668.550	1.819.928
Produtos acabados	292.718	309.169
Obras em curso	-	-
	<u>1.961.268</u>	<u>2.129.097</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u><u>1.961.268</u></u>	<u><u>2.129.097</u></u>

A rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" corresponde ao stock de Gasóleo necessário à produção de energia, bem como a materiais e acessórios de manutenção e conservação da maquinaria.

A rubrica "Produtos acabados" agrega a água potável remanescente nos depósitos a 31/12/2022.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade de inventários".

5. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
SAAS CMPN		246.862.763		218.100.391
Outros Clientes	-	169.638	-	161.307
	<u>0</u>	<u>247.032.401</u>	<u>0</u>	<u>218.261.698</u>
Perdas p/ imparidades acumuladas – outros		-161.307		-161.307
	<u><u>0</u></u>	<u><u>246.871.094</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>218.100.391</u></u>
	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Clientes Gerais	Grupo/Relacionado	Clientes Gerais	Grupo/Relacionado
Clientes				
Clientes conta corrente	<u>246.871.094</u>	<u>-</u>	<u>218.100.391</u>	<u>-</u>
	246.871.094	0	218.100.391	0

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por Imparidade	31-Dez-22	31-Dez-21
-----------------------	-----------	-----------

	<u> </u>	<u> </u>
Saldo a 1 de Janeiro	161.307	161.307
Aumento	0	0
Reversão	0	0
Regularização	0	0
	<u>161.307</u>	<u>161.307</u>

6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

<u>Estado e outros entes públicas</u>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Activo		
Retenção na Fonte (IUR) e pag.p/conta	119.189	0
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.680.628	1.675.491
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>1.799.817</u>	<u>1.675.491</u>
Passivo		
Imposto s/rendimento pessoas colectivas (IRPC)	186.214	382.475
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	531.318	381.684
IRPS Retido	23.811	38.677
INPS	82.205	85.435
Outros impostos e taxas	520.851	502.119
	<u>1.353.399</u>	<u>1.390.390</u>

7. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-22</u>		<u>31-Dez-21</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	-	0	-	0
Outros	-	0	-	0
	-	0	-	0
Perdas por imparidades acumuladas	-	0	-	0
	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>0</u>

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 os saldos da rubrica "Diferimentos", do ativo e do passivo, eram os seguintes:

<u>Diferimentos</u>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Diferimentos (Ativo)		
Valores a facturar - Fornecedores C/C Serviços	-	-
Seguros pagos antecipadamente	0	42.205
Cauções aluguer e outros	-	-
Comissões e outros custos financeiros pagos antecipadamente	-	-
	<u>0</u>	<u>42.205</u>
Diferimentos (Passivo)		
Juros Financiamento BCN	88.406	117.375
Valores a facturar	706.935	2.953.003
Juros Financiamento DGT	10.532.346	9.085.254
Juros Empréstimo Suprimentos da APP	6.097.449	5.321.141
Subsídio para Investimento _UNIDO	2.304.428	2.523.896
	<u>19.729.564</u>	<u>20.000.669</u>

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Caixa	300.405	201.536
Depósito á ordem	946.964	680.303
	<u>1.247.369</u>	<u>881.839</u>

10. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 22.000 ações com o valor nominal de 2.000\$00 cada.

Identificação de pessoas coletivas detentoras do capital

As pessoas coletivas, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2022, eram as seguintes:

<u>% Capital</u>	<u>Valor (ECV)</u>
------------------	--------------------

Águas de Ponta Preta, Lda	80	35.200.000
Câmara Municipal de Porto Novo	10	4.400.000
Estado de Cabo Verde	10	4.400.000
	<u>100</u>	<u>44.000.000</u>

11. Rubricas do Capital Próprio: Reservas e outras

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 6 de Julho de 2022, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foi decidido que o resultado líquido positivo no valor 2.525.293 ECV seria distribuído da seguinte forma:

- 126.265 destinado a Reservas Legais;
- o remanescente, 2.399.028 ECV, a Resultados Transitados.

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Contrato Suprimentos APP a APN (i)	51.045.127	-	51.045.127	-
Financiamento DGT (ii)	96.472.720	-	96.472.720	-
Créditos Rendas BCN – 8.000.000 (iii)	383.278	2.201.950	2.585.228	2.043.323
Créditos Rendas BCN – 13.000.000 (iv)	6.889.645	2.506.215	9.395.860	2.325.666
Créditos Rendas BCN – 2.608.696 (v)	0	0	1.674.271	603.807
Créditos Rendas BCN – 2.608.696 (vi)	1.317.973	710.697	-	-
	<u>156.108.743</u>	<u>5.418.862</u>	<u>161.173.206</u>	<u>4.972.796</u>

(i) Financiamento, sob a forma de contrato de Suprimentos, assinado em março 2015, no valor de 51.545.127 ECV decorrente de empréstimos de APP a APN, que foram utilizados na compra de materiais e equipamentos para operacionalização dos serviços, que inclui igualmente os juros que incidiam sobre o empréstimo até àquela data. O plano da dívida tem maturidade de 4 anos, incorporando prestações mensais a uma taxa de juro anual de 1,5%, com data de vencimento a 5 de maio 2018. Contudo, desde 2015, dada a precariedade contínua da tesouraria, não foi possível liquidar nenhuma prestação.

(ii) Em 2013, a APN era devedora ao Estado, através da DGT, na sequência de empréstimos e do aval prestado na operação de crédito contraída junto à entidade financeira “La Caixa” em novembro 2007, a qual foi executada em 30/04/2012 pela Companhia Española de Crédito a la Exportación (CESCE), enquanto organismo governamental representante dos seguros de Crédito à exportação no país de origem da entidade financeira “La Caixa”.

Em 2014 formalizaram-se as condições, relativos a taxa de juros e o período de amortização do capital financiado, agregando todas as dívidas de APN, inerentes a operação de crédito acima referida, num único Acordo de Empréstimo formalizado entre o Governo de Cabo Verde e a APN, ascendendo o valor total contratado a 167.368.427 ECV, vencendo juros a uma taxa anual de 1,5%, com um plano de dívida de 5 anos, equivalente a 67 prestações mensais. Todavia, no final do Exercício Económico de 2014, a Empresa apresentava um saldo de IVA a recuperar no montante de 16.754.909 ECV, para o qual foi solicitada a compensação/pagamentos das dívidas recíprocas existentes entre a APN e o Ministério das Finanças e do Planeamento. Em agosto de 2015 foi assinado um Memorando de Entendimento para os devidos efeitos, conforme indicado no quadro abaixo:

Reembolso IVA: 16.754.909 CVE
 Compensação IVA /DGT: 15.079.418 CVE →(90% IVA)

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a Liquidar	Capital pendente
20-09-2014	2.656.642 CVE	199.248 CVE	2.855.890 CVE	2.855.890 CVE	0 CVE
20-10-2014	2.656.642 CVE	195.927 CVE	2.852.569 CVE	2.852.569 CVE	0 CVE
20-11-2014	2.656.642 CVE	192.607 CVE	2.849.249 CVE	2.849.249 CVE	0 CVE
20-12-2014	2.656.642 CVE	189.286 CVE	2.845.928 CVE	2.845.928 CVE	0 CVE
20-01-2015	2.656.642 CVE	185.965 CVE	2.842.607 CVE	2.842.607 CVE	0 CVE
20-02-2015	650.531 CVE	182.644 CVE	2.839.286 CVE	833.175 CVE	2.006.111 CVE
Total	13.933.741 CVE	1.145.677 CVE	17.085.529 CVE	15.079.418 CVE	

Deste modo, a 30 de dezembro 2015, procedeu-se à assinatura da adenda do Contrato do Empréstimo, nos termos do Memorando de Entendimento de Compensação assinado em agosto 2015, amortizando prestações correspondentes a 15.079.418 ECV, passando o valor, após a entrada do em vigor do referido acordo, a ser actualizado para o montante de 145.464.760 ECV.

Em 2016, na sequência de uma reunião, realizado por um comité constituído pelos representantes do Governo, nomeadamente pela MTIDE e MFP, pela ARE e ANAS, pela CMPN e pela APN, referente à Sustentabilidade do Abastecimento de água potável da cidade de Porto Novo, em Santo Antão foi proposto um encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), com intuito de reduzir o financiamento DGT a APN e a dívida da SAAS – CMPN a APN. Neste contexto e no aguardo do desfecho do processo acima referido não se procedeu a amortização de nenhuma prestação ao longo do ano 2016.

A 29 de dezembro de 2017, finalmente, conclui-se o processo de Encontro de Contas Tripartidário (Governo-DGT, CMPN e APN), procedendo a redução da dívida da SAAS – CMPN a APN no valor de 51.878.972 e à amortização, no mesmo montante, do capital em dívida referente ao financiamento DGT a APN, liquidando as prestações vencidas de acordo com o quadro abaixo discriminado:

Prestações a Compensar					
Data	Capital a liquidar	Juros	Prestação Real	Prestação a Liquidar	Capital pendente
20-03-2015	2.656.642 CVE	181.831 CVE	2.838.473 CVE	2.838.473 CVE	0 CVE
20-04-2015	2.656.642 CVE	178.510 CVE	2.835.152 CVE	2.835.152 CVE	0 CVE
20-05-2015	2.656.642 CVE	175.189 CVE	2.831.831 CVE	2.831.831 CVE	0 CVE
20-06-2015	2.656.642 CVE	171.869 CVE	2.828.511 CVE	2.828.511 CVE	0 CVE
20-07-2015	2.656.642 CVE	168.548 CVE	2.825.190 CVE	2.825.190 CVE	0 CVE
20-08-2015	2.656.642 CVE	165.227 CVE	2.821.869 CVE	2.821.869 CVE	0 CVE
20-09-2015	2.656.642 CVE	161.906 CVE	2.818.548 CVE	2.818.548 CVE	0 CVE
20-10-2015	2.656.642 CVE	158.585 CVE	2.815.227 CVE	2.815.227 CVE	0 CVE
20-11-2015	2.656.642 CVE	155.265 CVE	2.811.907 CVE	2.811.907 CVE	0 CVE
20-12-2015	2.656.642 CVE	151.944 CVE	2.808.586 CVE	2.808.586 CVE	0 CVE
20-01-2016	2.656.642 CVE	148.623 CVE	2.805.265 CVE	2.805.265 CVE	0 CVE
20-02-2016	2.656.642 CVE	145.302 CVE	2.801.944 CVE	2.801.944 CVE	0 CVE
20-03-2016	2.656.642 CVE	141.981 CVE	2.798.623 CVE	2.798.623 CVE	0 CVE
20-04-2016	2.656.642 CVE	138.661 CVE	2.795.303 CVE	2.795.303 CVE	0 CVE
20-05-2016	2.656.642 CVE	135.340 CVE	2.791.982 CVE	2.791.982 CVE	0 CVE
20-06-2016	2.656.642 CVE	132.019 CVE	2.788.661 CVE	2.788.661 CVE	0 CVE
20-07-2016	2.656.642 CVE	128.698 CVE	2.785.340 CVE	2.785.340 CVE	0 CVE
20-08-2016	2.656.642 CVE	125.377 CVE	2.782.019 CVE	2.782.019 CVE	0 CVE
20-09-2016	1.172.485 CVE	122.057 CVE	2.778.699 CVE	1.294.542 CVE	1.484.157 CVE
Total	48.992.041 CVE	2.886.931 CVE	53.363.129 CVE	51.878.972 CVE	1.484.157 CVE

(iii) Financiamento contraído em 06 de fevereiro 2020, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição e construção do posto de transformação de média tensão. O montante do empréstimo contratado ascendeu 8.000.000 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 193.431 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(iv) Financiamento contraído em 06 de maio 2021, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas, cuja finalidade exclusiva foi o apoio á tesouraria, para efeitos de liquidação de dívidas perante terceiros. O montante do empréstimo contratado ascendeu 13.000.000 ECV, com uma maturidade de 5 anos, correspondente a 60 rendas mensais, no valor de 260.493 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 7,5%.

(v) Financiamento contraído em 04 de maio 2021, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição de uma viatura. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.608.696 ECV, com uma maturidade de 4 anos, correspondente a 48 rendas mensais, no valor de 63.686 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 8%.

(vi) Financiamento contraído em 18 de julho 2022, junto do BCN, sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, cuja finalidade exclusiva foi a aquisição de uma viatura. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.253.252 ECV, com uma maturidade de 3 anos, correspondente a 36 rendas mensais, no valor de 70.609 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica um regime de taxa de juro anual fixa equivalente a 8%.

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	Saldo 31/12/2022	2023	2024	2025	2026 e seguintes
Crédito Rendas BCN 8.000.000	2 585 228	2 201 950	383 278	0	0
Crédito Rendas BCN 13.000.000	9 395 860	2 506 215	2 700 780	2 910 449	1 278 416
Crédito Rendas - Auto BCN 2.253.252	2 028 670	710 697	1 317 973	0	0
Contrato suprimentos APP a APN	51 045 127	17 751 264	17 751 264	15 542 599	0
Financiamento DGT	96 472 720	74 385 978	22 086 742	0	0
	161 527 605	97 556 104	44 240 037	18 453 048	1 278 416

14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
APP – Águas de Ponta Preta, Lda.	44.141.242	-	34.668.327	-
Cassa Aigues	-	0	-	0
Outras contas a pagar	-	34.396	-	124.396
	44.141.242	34.396	34.668.327	124.396

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Fornecedores Conta Corrente:		
Enacol	0	0
Electra S.A.	21 840 220	15 843 088
ANAS	3 824 265	2 257 165
Águas de Ponta Preta	28 706 730	26 139 455
Cassa Aigues I Depuracio	636 631	636 631
Outros fornecedores (<.500.000)	2 559 532	3 042 549
Total	57 567 378	47 918 888

Fornecedores	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Gerais	Grupo/Relacionado	Gerais	Grupo/Relacionado

Fornecedores conta corrente	28.860.648	(i) 28.706.730	21.779.433	(i) 26.139.455
	28.860.648	28.706.730	21.779.433	26.139.455

- (i) A variação na conta corrente de fornecedores, relativos a rubrica Grupo/Relacionados, deveu-se ao fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de reparação imprescindíveis para a manutenção e continuidade da operacionalização da IDAM.

16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios de 2022 e de 2021 foram como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	52.372.566	-	52.372.566	54.348.157	-	54.348.157
Prestação de serviço	0	-	0	0	-	0
	<u>52.372.566</u>	<u>0</u>	<u>52.372.566</u>	<u>54.348.157</u>	<u>0</u>	<u>54.348.157</u>

A água potável produzida, destina-se, única e exclusivamente, ao cliente SAAS – Serviços Autónomos da Câmara de Porto Novo, conforme estabelecido no contrato de concessão de obra pública do sistema de dessalinização de água destinado á cidade de Porto Novo, em Santo Antão, pelo prazo de 30 anos, assinado a 01 de julho de 2008, publicado na série III do Boletim Oficial N.º7, de 15 de Fevereiro de 2008.

17. Variação nos inventários da produção

A demonstração da variação da produção, decorrente do armazenamento da água potável, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total	Prod. e trab.em curso	Prod.acab. e interm	Total
Saldo a 1 de Janeiro	-	309.169	309.169	-	305.075	305.075
Regularizações	-	-	0	-	-	0
Variação na produção	-	-16.451	-16.451	-	4.094	4.094
Saldo a 31 de Dezembro	<u>0</u>	<u>292.718</u>	<u>292.718</u>	<u>0</u>	<u>309.169</u>	<u>309.169</u>

18. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é detalhado como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Mat.prim,Subsi. e consumo	Subcontratos relacionados c/produção	Total	Mat.primas, Subsid. e consumo	Subcontratos relacionados c/produção	Total
Saldo a 1 de Janeiro	1.819.928	-	1.631.198	1.631.198	-	1.631.198
Regularizações	0	-	0	0	-	0
Compras	1.551.650	20.817.543	22.369.193	2.047.335	17.825.132	19.872.467
Saldo a 31 de Dezembro	1.668.550	-	1.819.928	1.819.928	-	1.819.928
Custo das Vendas	1.703.028	20.817.543	22.520.571	1.858.605	17.825.132	19.683.737

Esta conta engloba o custo das matérias consumidas na produção da água potável, nomeadamente gasóleo e lubrificantes, a subcontratação do fornecimento de energia eléctrica á Electra, S.A. e as mercadorias utilizadas na manutenção diária da actividade produtiva.

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

FSE		31/dez/22	31/dez/21	Peso %	Var % 22/21
Combustíveis e outros fluidos		114 447	145 685	1,94%	-21,44%
Conservação e reparação	(i)	1 635 157	1 021 324	27,69%	60,10%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		15 242	261	0,26%	5739,85%
Material de escritório		20 839	17 472	0,35%	19,27%
Publicidade e propaganda		66 160	193 012	1,12%	-65,72%
Livro e documentação técnica		0	0	0,00%	-
Limpeza, higiene e conforto		179 039	177 829	3,03%	0,68%
Despesa de Representação		0	0	0,00%	-
Rendas e alugueres		68 765	0	1,16%	-
Conservação e reparação	(ii)	430 847	253 714	7,30%	69,82%
Comunicação		290 308	348 560	4,92%	-16,71%
Seguros		853 937	703 267	14,46%	21,42%
Vigilância e segurança		199 999	0	3,39%	-
Serviços informáticos		8 334	0	0,14%	-
Transporte de inventário		308 933	292 644	5,23%	5,57%
Deslocações e estadas		215 487	310 832	3,65%	-30,67%
Contencioso e notariado		24 725	53 200	0,42%	-53,52%
Serviços bancários		34 289	84 815	0,58%	-59,57%
Trabalho Especializado	(iii)	668 566	2 709 294	11,32%	-75,32%
Artigo para oferta		0	0	0,00%	-
Outros fornecimentos e serviços	(iv)	770 718	679 977	13,05%	13,34%

<u>5 905 792</u>	<u>6 991 886</u>	<u>100%</u>	<u>-15,53%</u>
------------------	------------------	-------------	----------------

(i) Materiais de Conservação e (ii) Conservação e reparação – gastos relativos a manutenção corrente do equipamento básico, nomeadamente das 2 IDAM;

(iii) Trabalhos especializados – incluem essencialmente os serviços de auditoria financeira, os serviços de gestão e administração técnica e financeiras fornecidas pela APP, e assessorias jurídicas e outras;

(iv) Outros Fornecimentos e Serviços – incluem essencialmente produtos químicos e análises laboratoriais para produção água de potável, e outros fornecimentos e serviços externos.

20. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

<u>Custos c/Pessoal</u>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	2.768.735	2.606.599
Encargos sobre remunerações	656.387	596.428
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	40.244	35.772
Gastos Ação social	0	0
Outros gastos com pessoal	1.439.207	1.230.652
	<u>4.904.573</u>	<u>4.469.451</u>

O número médio de empregados no exercício de 2022 foi de 7 e no exercício de 2021 foi de 6.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

<u>Outros gastos e perdas</u>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Impostos	(i) 370.784	(ii) 444.055
Abates ativo fixo tangível	2.488.296	0
Out. gastos e perdas (Multas Fiscais)	58.139	126.196
	<u>2.917.219</u>	<u>570.251</u>

- (i) A rubrica "Impostos" em 2022, inclui gastos com imposto de selo incidente sobre os juros dos vários financiamentos contratados, bem como o IUP referente ao ano 2022, ascendendo a um total de 83.908 ECV e 286.876 ECV, respectivamente.

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios de 2022 e de 2021, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Juros e rend.similares obtidos		
Outros rendimentos similares	-	-
	0	0
Juros e rend.similares suportados		
Juros suportados	(i) 3.476.997	(ii) 4.359.188
Resultado financeiro	-3.476.997	-4.359.188

- (i) Juros suportados – incorporam todos os gastos financeiros suportados com os financiamentos referenciados no ponto 23. *Financiamentos*, conforme quadro a seguir discriminado:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Juros Suportados		
Financiamento DGT	1 447 092	1 447 092
Contrato suprimentos APP a APN	776 308	776 308
Creditos Rendas BCN	1 205 928	1 093 221
Juros de mora	1 170	0
Comissões	43 932	1 042 567
Outros Juros D.O.	2 567	0
Total	3 476 997	4 359 188

23. IMPOSTO DO EXERCICIO

De acordo com o ponto 3.4. *Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos* a taxa de imposto em vigor para o cálculo do imposto do exercício foi de 22%.

O cálculo do montante do imposto do exercício foi efectuado conforme segue, de acordo com CIRPC:

	2022	2021
Imposto s/Rendimento Corrente	157 984	382 475
Imposto s/Rendimento Diferido	0	0
Imposto S/rendimento	157 984	382 475

	2022	2021
Resultado Antes de Imposto	1 020 624	2 907 768
Taxa Imposto	22,0%	22,0%
	0	0
Gastos não dedutíveis	415 590	569 278
Rendimentos Não Tributáveis	0	0
Dedução Prejuízos	-718 107	-1 738 523
Tributação autónoma	28 230	0
outros	-	-
	-274 287	-1 169 245
Imposto s/rendimento Corrente	157 984	382 475
Imposto S/ rendimento diferido	0	0
	157 984	382 475
Imposto s/Rendimento	157 984	382 475
Taxa Efectiva do imposto	15%	13%

É possível visualizar no quadro abaixo as especificidades dos gastos não aceite fiscalmente:

	2022	2021
Imparidade em dívidas de clientes não aceite ou para além dos limites legais	0	0
As multas, coimas e encargos pela prática de infracções, incluindo juros compensatórios	58 139	126 196
Imposto Único sobre o Património	286 876	286 875
Acréscimos de 30% dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	0	0
As despesas não devidamente documentadas	70 575	156 207
Correcções nos casos créditos imposto e retenção na fonte	0	0
Donativos para além dos limites legais	0	0
	415 590	569 278
Efeito Fiscal (taxa 22%)	91 430	125 241

24. Partes Relacionadas

25.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

- Acionista: Águas de Ponta Preta, Lda. _ Empresa Mãe

25.2. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas as seguintes transações com as partes relacionadas:

ANO 2022

TRANSAÇÕES

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Proveitos suplementares
Empresa-mãe	-	545 956	664 717	776 308	-	-	-	-	-
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0	545 956	664 717	776 308	0	0	0	0	0

ANO 2021	TRANSAÇÕES								
	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas de activos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Proveitos suplementares
Empresa-mãe	-	545 956	772 122	776 308	-	-	-	-	-
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0	545 956	772 122	776 308	0	0	0	0	0

25.3. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

ANO 2022	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. Dívidas cob. Duvidosa	Contas a receber liquida	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
	Empresa-mãe	-	-	-	0	28 706 730	44 141 242
Subsidiárias	-	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	-	0	-	-	0
	0	0	0	0	28 706 730	44 141 242	72 847 972

ANO 2021	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. Dívidas cob. Duvidosa	Contas a receber liquida	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
	Empresa-mãe	-	-	-	0	26 139 455	34 668 327
Subsidiárias	-	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	-	0	-	-	0
	0	0	0	0	26 139 455	34 668 327	60 807 782

25.4. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa apresentava os seguintes saldos em empréstimos obtidos e concedidos:

ANO 2022

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe	-	51 045 127	51 045 127	-	-	0
Subsidiárias	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	0	-	-	0
	0	51 045 127	51 045 127	0	0	0

ANO 2021

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe	-	51 045 127	51 045 127	-	-	0
Subsidiárias	-	-	0	-	-	0
Outras partes relacionadas	-	-	0	-	-	0
	0	51 045 127	51 045 127	0	0	0

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Fiscal Único

Os honorários faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo Fiscal Único relacionados com a auditoria das contas anuais ascenderam a 345.000 ECV.

Outros

Foram efetuadas todas as divulgações exigidas pela lei.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Presentemente, os efeitos e implicações do novo coronavírus (SARS-COV-2) são incertos, sendo a extensão do seu impacto impossível de avaliar, não obstante o processo de vacinação estar em decurso a nível mundial, prevê-se uma retoma gradual e de ritmo lento a nível mundial.

Por outro lado, decorrente da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, tem-se verificado um aumento significativo do custo dos combustíveis, com impacto direto nos resultados da Empresa, desconhecendo-se nesta data a duração que esta guerra ainda terá e a continuação dos seus impactos.

Deste modo ainda não nos é possível quantificar os impactos da pandemia e da guerra na Ucrânia na performance financeira da APN, sendo, porém, que a continuidade da Empresa não se encontra em causa.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Foram prestadas todas as informações consideradas relevantes a melhor compreensão da posição financeiras e dos resultados da entidade.

Sal, 25 de abril de 2023

O Técnico de Contas,



(Karine Helena Dias Lopes – Cédula OPACC n.º496)

ANEXO 4. PARECER DO FISCAL UNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2022 a atividade da Águas de Porto Novo, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, lidos em conjunto com o Relatório da BDO, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 18 de abril de 2023

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO-Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.

ANEXO 5. PARECER DO AUDITOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da Águas de Porto Novo, S.A.

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da Águas de Porto Novo (adiante também designada por APN ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de CVE 311.213 contos e um total de capital próprio de CVE 26.860 contos, incluindo um resultado líquido de CVE 834 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria descrita no primeiro parágrafo da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APN em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro (NRF) adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Bases para a opinião com reservas

Ainda que, com convicção de vir a receber os cerca de CVE 246.871 contos constantes na rubrica “Clientes” do ativo da Empresa, em 31 de dezembro de 2022, se a APN recebesse esse montante, poderia pagar os cerca de CVE 57.567 contos aos seus “Fornecedores”, montante que vem aumentando ao longo dos anos, garantindo, ainda, que igual valor fosse saldado por mais 3 anos posteriores. Conquanto, a Empresa registou na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, meramente, cerca de CVE 161 contos daquele montante de “Clientes”. Ora, esta situação justifica o recurso a financiamento junto do seu acionista maioritário, que inclui pagamento de juros ao longo de vários anos e dívidas ao acionista Estado, as quais contêm juros do designado financiamento à DGT, para além da liquidação de juros de empréstimos contraídos juntos de instituição de crédito nacional.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras” deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de

Ética do IESBA-*International Ethics Standards Board for Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos ao órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao número 1, do artigo 343º, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os

Rosa Maria Duarte Pires Ferreira
Nº Inscrição 0026 pela Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC) de Cabo Verde

requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Praia, 23 de maio de 2023

A Auditora Certificada



Rosa Pires Ferreira
Rosa Pires Ferreira
Nº Inscrição 0026 pela OPACC